

RECE

**Relatório &
Contas '22**

EGON  **Santander**

SEGUROS VIDA



Relatório & Contas '22

Senhores Acionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Índice

1.00

Relatório do Conselho de Administração 09

1.01

**Mensagem do Presidente
do Conselho de Administração
e do Administrador Delegado 10**

1.02

Governança da Sociedade 12

- Estrutura e modelo de governo 12
- Estrutura Acionista 15
- Órgãos Sociais 16
- Código de conduta 17
- Política de remunerações 17

1.03

Enquadramento da atividade 18

- Cenário Macroeconómico 18
- Mercado de Seguros em Portugal 36

1.04

Análise de gestão 40

- Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno 40
- Atividade comercial 42
- Gestão de ativos 42
- Custos e gastos por natureza a imputar 43
- Recursos humanos e formação 43
- Capital Próprio e Solvência 45

1.05

Perspetivas para 2023 46

1.06

Proposta de aplicação de resultados 46

1.07

Nota final 47

2.00

Demonstrações Financeiras e Anexo	49
Notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras	55
Anexo I	100
Anexo II	101

3.00

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	103
---	------------

4.00

Certificação Legal de Contas	109
-------------------------------------	------------

130 años

AE  **Santander**

SEGUROS VIDA

1.00

**Relatório do
Conselho de
Administração**

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

Estamos orgulhosos de partilhar que apesar da incerteza e volatilidade introduzidos pelos desafios económicos atuais, 2022 representou para a Aegon Santander Portugal o melhor ano da sua história e pelo 3º ano consecutivo, os Clientes distinguem a Aegon Santander Portugal com atribuição do Prémio Cinco Estrelas, na categoria de seguros bancários.

Nunca estivemos mais fortes, mais inovativos ou melhor capacitados para proteger, servir e superar as expectativas dos nossos Clientes. Proteger as pessoas, cuidar daquilo que lhes é mais precioso – saúde, família e bens é a nossa missão e a continuada confiança que os Clientes depositam na Aegon Santander Portugal, confirma que estamos no caminho certo.

A abrangência da oferta e soluções de proteção é a nossa força chave e temos um foco em assegurar uma performance sólida de longo prazo e a sustentabilidade da Companhia para o benefício de todos os *stakeholders*, enquanto continuamos a criar valor para os nossos acionistas.

Em 2022, a Companhia continuou a sua jornada de inovação, obtendo um progresso significativo nos serviços disponibilizados aos Clientes e melhorias operacionais. Entregamos resultados financeiros sólidos e continuamos a responder com eficiência aos efeitos diretos e indiretos das condições económicas e volatilidade nos mercados de capitais.

O crescimento da Aegon Santander Vida, traduziu-se num aumento de 12% do volume de prémios emitidos para 119,8M (2021: 107,3M). Continuamos a reforçar a nossa quota de mercado no segmento de seguros vida risco, distribuídos através de rede bancária, que atualmente se situa em 16,1% (2021: 14,4%). Por outro lado, o aumento em 2022, de 4% dos custos com sinistros de seguro direto reflete o apoio conferido aos nossos Clientes, nos momentos mais complicados das suas vidas. Nesta base, o resultado do exercício apresenta uma subida de 14% para 20,3M (2021:17,7M), mantendo a Companhia uma sólida posição de capital.

Agradecemos a todos os Colaboradores da Aegon Santander pelo seu excepcional contributo e capacidade de entregar resultados. Eles foram nada menos que excecionais.

Enquanto empregador, a Aegon Santander, tem sido distinguida consecutivamente, desde 2016, como uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal, sendo hoje uma referência no mercado pela excelência das suas práticas, capacidade de atração e retenção de talento e qualidade dos seus Colaboradores.

Tudo o que conseguimos atingir desde a criação da Aegon Santander Portugal em 2014, permite-nos olhar para o futuro com enorme confiança, mas também com grande sentido de responsabilidade para com nossos Clientes, Colaboradores

e Comunidades. Iremos continuar a inovar e a transformar a organização, mantendo um compromisso de longo prazo com todos os *stakeholders*.

Agradecemos o contínuo interesse na Aegon Santander e é com entusiasmo que continuaremos a reportar o progresso da Companhia.

t.a

Tomás Alfaro

Presidente do Conselho de Administração

t.c.v

Tiago do Couto Venâncio

Administrador Delegado

Governança da Sociedade

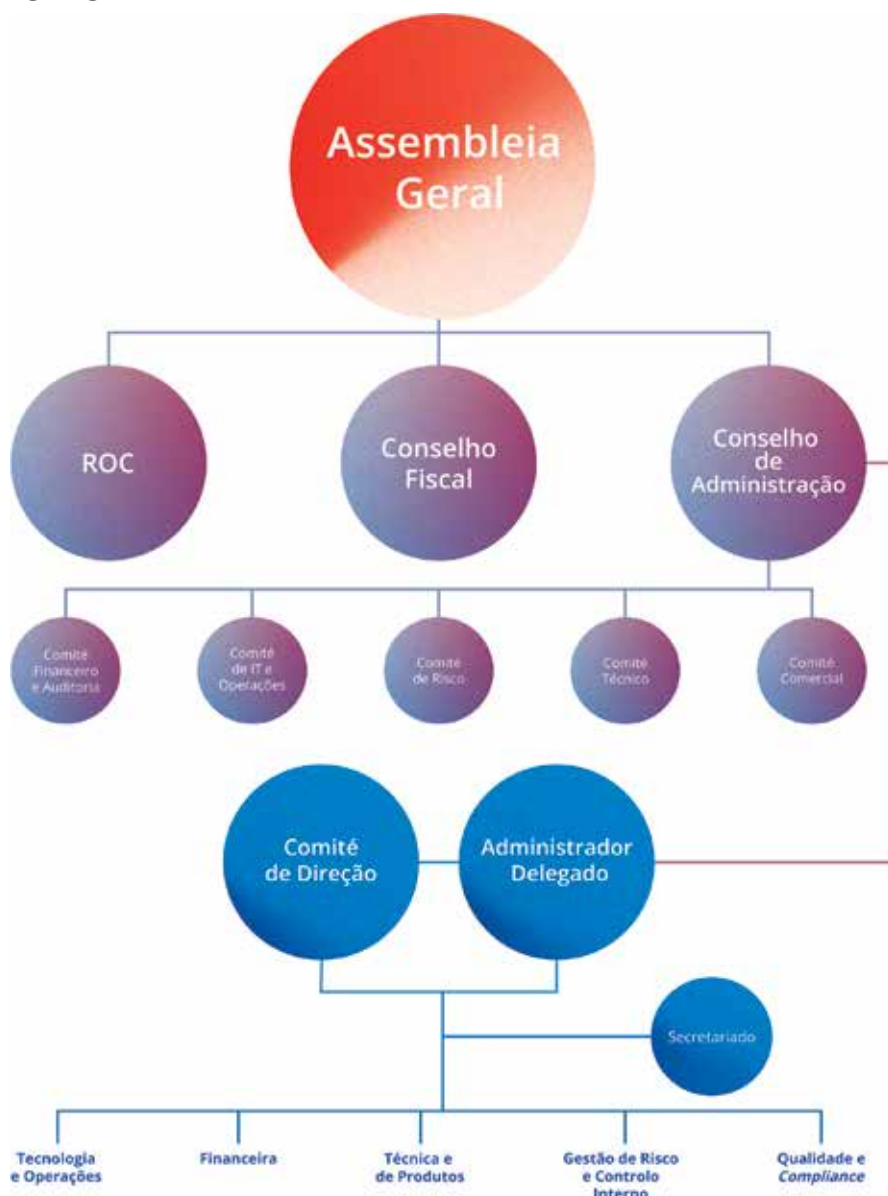
Estrutura e modelo de governo

A Companhia está dotada de um sistema de governação composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, em que as suas responsabilidades estão devidamente definidas e segregadas, e um sistema de transmissão de informação eficaz.

Este sistema foi definido com base na natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, assegurando uma gestão sã e prudente da atividade e do capital, por forma a garantir um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos *stakeholders*.

Na sua gênese estão princípios como a transparência, integridade, responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado.

A estrutura de governo da Companhia está representada no seguinte organograma:



Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou por qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade. Assim, pelo menos uma vez por ano, a Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, no prazo de três meses após a data de encerramento do exercício. Compete-lhe deliberar sobre o relatório de gestão de contas do exercício anterior, sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração da Companhia e às eleições que, legal e estatutariamente, lhe sejam atribuídas ou que eventualmente se tornem necessárias.

O Conselho de Administração assegura a administração de todos os negócios e interesses da Companhia. Este conselho é composto por oito Administradores, entre os quais um Administrador Delegado responsável pela gestão corrente. O mandato dos membros é de quatro anos e reúne trimestralmente ou sempre que o interesse da Companhia o exija. Delibera por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate. Existem no entanto matérias que requerem aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: a aprovação do plano estratégico, do plano de negócios e do orçamento anual; a concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

O Conselho de Administração assegura a administração de todos os negócios e interesses da Companhia. Este conselho é composto por oito Administradores, entre os quais um Administrador Delegado responsável pela gestão corrente.

Por sua vez, compete ao Conselho Fiscal a fiscalização da Companhia. Este conselho é composto por três membros efetivos e um suplente, sendo estes eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes. Aquele tem como principais competências verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

Mediante proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem como responsabilidade conferir a conformidade das contas com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores de Contas (OROC), emitindo, após a revisão ou auditoria de

contas, uma certificação legal das mesmas e documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade. Adicionalmente, os Comitês apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre Acionistas e ao processo de tomada de decisão. São órgãos consultivos aos quais compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Cada Comitê é constituído por cinco membros, designadamente, o Administrador Delegado da Companhia e dois representantes de cada Acionista. As suas principais responsabilidades são:

- Comitê Técnico: analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;
- Comitê de Risco: avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente, deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;
- Comitê Comercial: analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;
- Comitê de Auditoria e Financeiro: analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;
- Comitê de IT e Operações: analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comitês.

Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado e do Comitê de Direção, a estrutura da Companhia integra ainda uma área de Secretariado e as seguintes Direções:

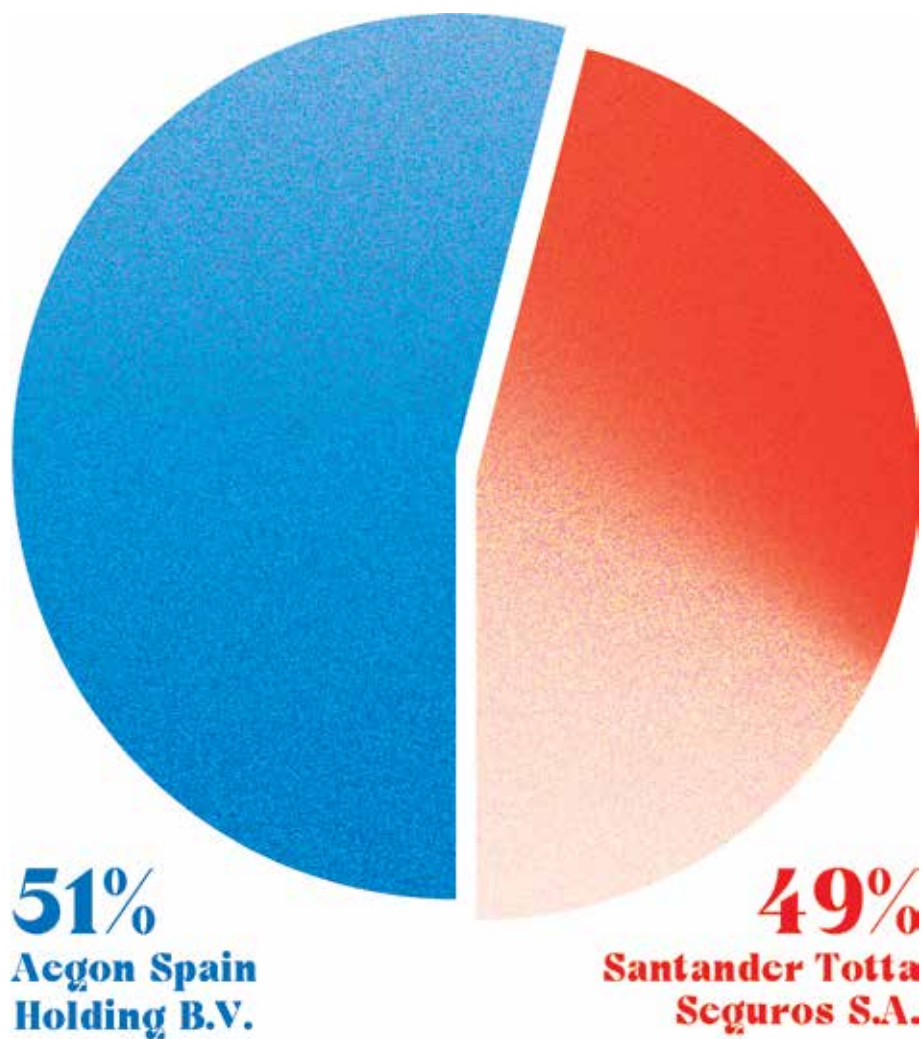
- Direção de Tecnologia e Operações;
- Direção Financeira;
- Direção de Qualidade e *Compliance*;
- Direção Técnica e de Produtos;
- Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno.

O processo de decisão contempla um Comitê de Direção constituído pelo Administrador Delegado e pelos Diretores das diversas áreas da Companhia. O referido Comitê reúne com uma periodicidade mensal, sendo posteriormente lavradas atas, refletindo os principais pontos discutidos e as decisões tomadas. Assim, os Diretores de cada uma das Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

No cumprimento da Norma Regulamentar N.º 3/2017, de 18 de maio, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Conselho de Administração desta entidade, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2017,

deliberou proceder ao registo, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funçõeschave e do atuário responsável.

Estrutura Acionista



Órgãos Sociais

Assembleia Geral

António Miguel Terra da Motta

Presidente

Alexandre Jardim

Secretário

Conselho de Administração

Tomás Alfaro Uriarte

Presidente

Inês Oom de Sousa

Vice-presidente

Tiago Filipe Martins do Couto Venâncio

Administrador Delegado

Armindo Bordalo Escalda

Borja Borrero Mayora

Francisco del Cura Ayuso

Horacio Centeno García

Juan Aparício Roa

Conselho Fiscal

José Duarte Assunção Dias

Presidente

António Baia Engana

Vogal

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço

Vogal

José Luís Areal Alves da Cunha

Suplente

Revisor Oficial de Contas

Fernando Manuel Miguel Henriques

José Manuel Henriques Bernardo

em representação da PricewaterhouseCoopers
& Associados – Sociedade de Revisores Oficiais
de Contas, Lda.

Código de conduta

Os valores, princípios gerais e regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores encontram-se refletidos no código de conduta da Companhia. Este código tem por base valores de honestidade, respeito e responsabilidade, promovendo um elevado nível de excelência na relação com os clientes, parceiros, fornecedores e restantes *stakeholders*.

Como tal, no código de conduta estão definidos os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a sua atividade:

- Igualdade de oportunidades e não discriminação;
- Respeito para com as pessoas;
- Conciliação do trabalho com a vida pessoal;
- Prevenção de riscos laborais;
- Proteção do meio ambiente e políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos coletivos.

Refira-se que o código de conduta encontra-se divulgado no sítio da *internet* da Companhia e é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

Política de remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão, na sua globalidade, em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, emitida pela ASF, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

As políticas em vigor foram ambas aprovadas pelo Conselho de Administração em novembro de 2017. Sendo que a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização foi também aprovada pela Assembleia Geral em dezembro do mesmo ano.

Até ao final do ano de 2022 não se identificou a necessidade de alterar as referidas políticas, encontrando-se as versões em vigor publicadas no *website* da Companhia.

No entanto, no final de 2022, de modo a cumprir os requisitos de avaliação anual do cumprimento das políticas, a Companhia emitiu e publicou no seu *website* a declaração de cumprimento do n.º 1 do artigo 4º da Norma n.º 5/2010-R, de 1 de abril da ASF, com a indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Na definição das referidas políticas de remunerações não foram utilizados serviços de consultores externos.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Consistência com uma gestão de risco e controlo eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;

- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do setor.

Ambas as políticas, bem como a declaração de cumprimento nos termos previstos no Artigo 4º da Norma 5/2010R, de 1 de abril, da ASF, se encontram publicadas no sítio da *internet* da Companhia.

Enquadramento da atividade

Cenário Macroeconómico

Economia Internacional

O contexto global, em 2022, foi extremamente complexo, marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro, e guerra subsequente, que amplificou os efeitos disruptivos sobre a oferta decorrentes do processo de recuperação mais rápida da procura global no pós-pandemia.

As ondas de choque causadas pelo início da guerra na Ucrânia, materializaram o segundo choque de oferta desde 2020, após a pandemia, e que se transmitiram por vários canais: (i) novas perturbações nas cadeias de logísticas e de valor globais, ao retirar a Ucrânia e a Rússia dos fluxos comerciais; e (ii) uma subida pronunciada dos preços das matérias-primas e da energia, decorrente da dependência energética, pela Europa.

A manutenção de uma política de “Covid zero” por parte da China em 2022, culminou numa aceleração pronunciada da inflação, para máximos de mais de três décadas, provocando, por sua vez, um duplo efeito: (i) uma intervenção musculada dos bancos centrais, com uma subida mais rápida e mais pronunciada das taxas de juro de referência; e (ii) uma deterioração do poder de compra das famílias, com impacto sobre a sua despesa corrente, além do agravamento dos encargos com energia e matérias-primas para as empresas.

Consequentemente, assistiu-se, a partir do segundo trimestre, a uma deterioração da confiança dos agentes económicos, materializada num progressivo abrandamento da atividade económica, e numa revisão em baixa das perspetivas de crescimento, para 2022 e, em especial, para 2023.

O Fundo Monetário Internacional, ao longo do ano, foi progressivamente revendo em baixa as projeções de crescimento económico, em especial para o ano de 2023. Apesar da deterioração das expectativas, a dinâmica de crescimento observada em 2022 revelou-se menos adversa face ao inicialmente esperado, prolongando a recuperação pós-pandémica, muito alavancada pela atividade turística, que reanimou muito mais rapidamente do que o previsto. A generalidade das economias recuperou, em 2022, os níveis de atividade observados no final de 2019, antes da pandemia.

Crescimento Económico Mundial

	2021	2022E	2023P
Mundo	6,2	3,4	2,9
Países Avançados	5,4	2,7	1,2
EUA	5,9	2,0	1,4
UEM	5,3	3,5	0,7
Reino Unido	7,6	4,1	-0,6
Japão	2,1	1,4	1,8
Países em Desenvolvimento	6,7	3,9	4,0
África	4,7	3,8	3,8
Ásia	7,4	4,3	5,3
China	8,4	3,0	5,2
Europa de Leste	6,9	0,7	1,5
Médio Oriente	4,5	5,3	3,2
América Latina	7,0	3,9	1,8
Brasil	5,0	3,1	1,2

Fonte: FMI (janeiro 2023)

Ao longo do ano, a maioria das economias foi diminuindo as restrições associadas ao controlo da pandemia, à medida que a incidência da doença Covid foi diminuindo. Já no final do ano, a China pôs termo à sua estratégia de “Covid zero”.

Na atualização de janeiro de 2023 do “World Economic Outlook” o Fundo Monetário Internacional reviu em alta ligeira as projeções económicas para o ano de 2023, incorporando o facto de as principais economias terem evitado uma contração da atividade no final de 2022, embora continuando a antecipar uma desaceleração da atividade face às taxas de crescimento observadas no ano anterior. Deste modo, o FMI estima que a economia mundial tenha crescido 3,4% em 2022, o que reflete uma revisão em alta de 0,2pp face à estimativa de outubro de 2022, e que foi transversal para as economias avançadas (crescimento de 2,7%) e emergentes (3,9%).

Nos EUA, o PIB cresceu 2,0%, em média anual, embora com um primeiro semestre particularmente fraco, com a economia a atravessar uma recessão técnica. No segundo semestre a atividade recuperou, apesar de a Reserva Federal ter acelerado o ritmo de subida das taxas de juro de referência.

A recessão técnica foi devida a fatores pontuais, fruto de um forte aumento das importações, no primeiro trimestre, e uma redução de existências, no segundo. Ao longo do ano, o consumo privado manteve-se resiliente, suportado por baixos níveis de desemprego e por aumentos salariais elevados, que contribuíram para a transmissão dos elevados aumentos dos preços da energia às demais classes de serviços, reforçando a dinâmica inflacionista.

A taxa de desemprego permaneceu baixa ao longo de todo o ano, abaixo de 4%, apesar da pronunciada subida das taxas de juro de referência. Embora em moderação, a economia manteve ritmos sustentados de criação de emprego, por sua vez traduzidos em crescimento dos salários relativamente elevados.

Em resultado, a inflação acelerou de forma bastante pronunciada ao longo do ano, com uma variação média anual de 8,0%, o mais elevado desde 1981, com o contributo material da inflação subjacente (que exclui alimentação e energia), de 6,1%.

A Reserva Federal reagiu, acelerando o ritmo de subida das taxas de juro de referência, com duas subidas da principal taxa de referência (*Fed funds*) em 0,75%, igualmente o ritmo mais forte desde 1994, após o que moderou para 0,5% e, já em 2023, para 0,25%. No ano de 2022, a taxa dos *Fed funds* subiu, deste modo, em 4,5pp face ao final de 2021, para 4,75% no final do ano, a maior subida desde o início dos anos 80.

Na China, a manutenção, pelas autoridades, da política de “Covid zero”, com confinamentos totais da população em grandes cidades, traduziu-se numa forte desaceleração da atividade. O PIB cresceu apenas 3,0%, abaixo da média global, e registando o ritmo mais lento em mais de quatro décadas.

Num contexto de desaceleração pronunciada da atividade, observando-se ainda tensões latentes no mercado imobiliário, o surgimento, no final do ano, de movimentos de clara contestação social nas maiores cidades levou as autoridades chinesas a levantar todas as restrições que tinham em vigor para o controlo da pandemia, o que, a prazo, deve contribuir para a normalização das cadeias logísticas.

No Japão, a atividade cresceu apenas 1,4% em 2022, com uma dinâmica intra-anual volátil, com dois trimestres negativos. O cenário inflacionista afetou também a economia, com os preços no consumidor a crescerem 2,5%, em 2022, o ritmo mais elevado em três décadas, revertendo a trajetória dos últimos anos, na qual a economia testava cenários deflacionistas. O Banco do Japão também reagiu, não alterando as taxas de juro de referência, mas revendo a sua política de aquisição de ativos.

No Reino Unido, a atividade também desacelerou, com o PIB a crescer 4,1% em 2022, alavancado pela recuperação pós-pandémica. Com um quadro político mais volátil, a liderança do Governo mudou duas vezes num curto espaço de tempo, com o plano orçamental expansionista do breve governo de Liz Truss a resultar na sua demissão, e o novo Governo a adotar antes um plano orientado para o controlo das contas públicas, cujos efeitos se farão sentir sobretudo no ano de 2023. Em 2022, foram também visíveis os impactos do Brexit, com a carga burocrática resultante a dificultar o comércio com a União Europeia, que continua a ser o principal parceiro comercial do país.

Também no Reino Unido, a inflação foi uma preocupação, com os preços no consumidor a crescerem 9,1%, em média anual, fruto da subida dos preços das matérias-primas e da energia, e associado a baixos níveis de desemprego, o que requereu uma intervenção igualmente musculada por parte do Banco de Inglaterra, que subiu as taxas em 3.75pp, para 4.0%, já considerando a subida ocorrida em fevereiro de 2023.

A economia da Zona Euro seguiu a tendência global, com uma progressiva desaceleração ao longo do ano, materializada num crescimento anual de 3,5%. Contudo, no 4.º trimestre, o PIB já só cresceu 0,1% em cadeia, embora evitando uma contração nos últimos meses do ano.

A zona euro foi a região mais diretamente atingida pela guerra na Ucrânia, considerando as maiores interligações com os dois países em conflito, a integração das cadeias de valor, e, em especial, a dependência energética face à Rússia, no que respeita a petróleo e gás natural. A Europa, em particular a Alemanha e demais países da Europa Central, tiveram de encontrar rapidamente fontes alternativas de energia, num contexto de subida acentuada dos preços. No final do ano, a dependência face à Rússia tinha sido eliminada.

O consumo privado, na zona euro, manteve-se dinâmico, num quadro de pleno emprego, o que, por sua vez, contribuiu para a negociação de aumentos salariais progressivos que, embora moderados, mitigaram parcialmente o efeito da subida da inflação.

2022	PIB	INFLAÇÃO
UEM	3,5	8,4
Alemanha	1,8	8,7
França	2,6	5,9
Espanha	5,5	8,3
Itália	3,9	8,7

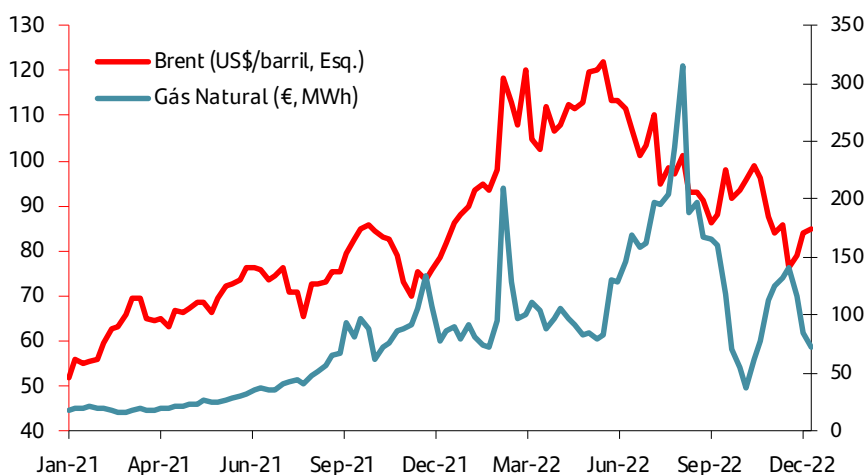
Fonte: CE (janeiro 2023)

Em 2022, a inflação na zona euro acelerou rapidamente, para 8,4% em média anual, a taxa mais elevada em três décadas. A rápida evolução e o seu contágio, ainda que parcial aos salários, por sua vez materializada na aceleração da inflação subjacente para 4,2%, em média anual, levou o Banco Central Europeu a acelerar a normalização da política monetária, elevando a taxa de refinanciamento para 3,0% e a taxa de depósito para 2,5%, já em fevereiro de 2023, ou seja, um aumento de 3,0pp face aos valores de final de 2021.

O mercado de trabalho permaneceu bastante dinâmico, e a taxa de desemprego desceu abaixo de 7%, um mínimo histórico para a região, auxiliando a mitigar parte dos efeitos da inflação sobre o poder de compra das famílias. Mas também gerou um aumento dos salários negociados, o que reforçou a necessidade de vigilância pelo BCE, no sentido de controlar o potencial surgimento de efeitos de segunda ordem.

O ano de 2022 ficou indubitavelmente marcado pela agressão da Rússia à Ucrânia, trazendo, de novo, uma guerra explícita à Europa, e originando um segundo choque de oferta quando a economia mundial ainda não tinha recuperado plenamente da pandemia.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e gás natural, em EUR por MWh



Fonte: Bloomberg

Como referido, os preços da energia e das matérias-primas subiram de forma pronunciada, com os preços do petróleo a subirem para máximos desde 2014, o gás natural na Europa a registar máximos absolutos e as demais matérias-primas não energéticas a prolongarem a dinâmica de preços elevados já iniciada em 2021.

Por outro lado, apesar da clara melhoria dos indicadores sanitários no quadro de pandemia, esta só ocorreu de forma mais visível a partir do verão, pelo

Os bancos centrais das principais economias desenvolvidas reforçaram o foco no controlo da inflação, com a rápida reversão da política monetária expansionista que tinha sido prosseguida nos últimos anos.



AEGON  **Santander**

SEGUROS VIDA

que, durante uma parte significativa do ano, permaneceram as perturbações nas cadeias logísticas globais, até porque a China manteve, durante todo o ano, a sua política de “Covid zero”.

A conjugação de todos estes fatores (subida dos preços da energia, perturbações nas cadeias logísticas, e resiliência da atividade económica num quadro de pleno emprego) resultou numa acentuada aceleração dos preços, para máximos de três décadas, e com pressões de segunda ordem, fruto dos aumentos salariais.

Os **bancos centrais das principais economias desenvolvidas** reforçaram o foco no controlo da inflação, com a rápida reversão da política monetária expansionista que tinha sido prosseguida nos últimos anos.

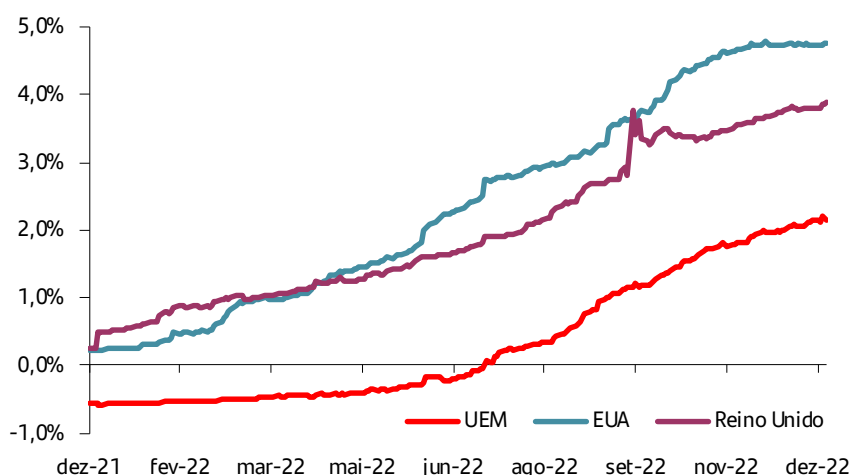
Consequentemente, foi executada a mais rápida e mais pronunciada subida das taxas de juro de referência desde o início dos anos 80 do século passado (em termos da subida acumulada no horizonte de 12 meses).

A **Reserva Federal dos EUA**, como já referido, logo no início do ano tinha sinalizado que as taxas de juro de referência iriam subir ao longo do ano, iniciando o processo em março. A partir de julho, fruto da maior subida da inflação, acelerou o ritmo, com duas subidas de 0,75%, o que não ocorria desde 1994. Já em 2023, moderou o ritmo, para subidas de 0,25%, mas desde o início de 2022 a taxa de juro subiu em 4,5pp, para 4,75%, o nível mais elevado desde 2007.

Adicionalmente, a Reserva Federal iniciou o processo de redução do balanço, o chamado “tapering”, a um ritmo programado mensal de 95 mil milhões de dólares, ao não substituir por novas aquisições os vencimentos que vão ocorrendo dos ativos em balanço. O balanço da Reserva Federal tinha atingido um máximo de aproximadamente 9 triliões de dólares, no primeiro semestre de 2022.

O **Banco Central Europeu**, em março de 2022, comunicou que iria iniciar a progressiva normalização da política monetária, de forma faseada: começaria pelo término do Programa de Emergência Pandémica de aquisição de ativos (PEPP), no final do primeiro trimestre; posteriormente concluiria o programa de aquisição de ativos financeiros (APP), em outubro de 2022, e só após essas duas fases iniciaria a subida das taxas de juro de referência.

Taxas de juro 3 meses



Fonte: Bloomberg

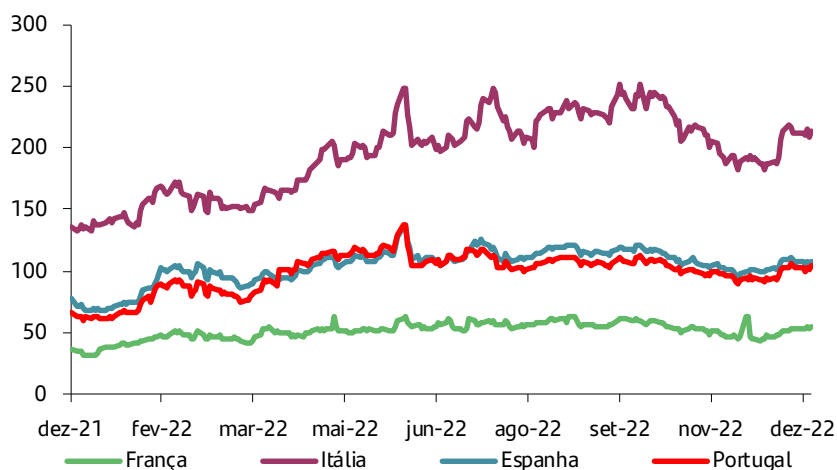
Contudo, a mais rápida aceleração da inflação, que atingiu um máximo de 8,9% em julho (e com alguns países já com inflação nos dois dígitos), levou o BCE também a acelerar o ritmo de subida de taxas, tendo em julho subido as taxas de juro de referência em 0,5%, colocando a taxa de refinanciamento em 0,5% e a taxa de depósito em 0%, pondo assim termo a um longo período (iniciado em 2014) de

taxas de juro negativas. Em junho, o BCE havia sinalizado uma subida das taxas em 0,25%, mas teve de agir em função da dinâmica inflacionista, procurando evitar a materialização de efeitos de segunda ordem.

Na reunião de fevereiro de 2023, o BCE discutiu os moldes em que se processará a redução dos ativos adquiridos no âmbito do programa de aquisição de ativos (APP), processo que se iniciaria a partir de março de 2023, a um ritmo médio de 15 mil milhões de euros mensais até ao fim do segundo trimestre de 2023, e com os ritmos subsequentes a ficarem dependentes da evolução das condições económicas e financeiras.

A trajetória de subida das taxas de juro de curto prazo, para os níveis mais elevados desde 2008, caracterizou-se por uma dinâmica consistente, relativamente imune aos vários dados económicos menos positivos que foram divulgados, antes refletindo a consistência da mensagem transmitida pelos bancos centrais.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

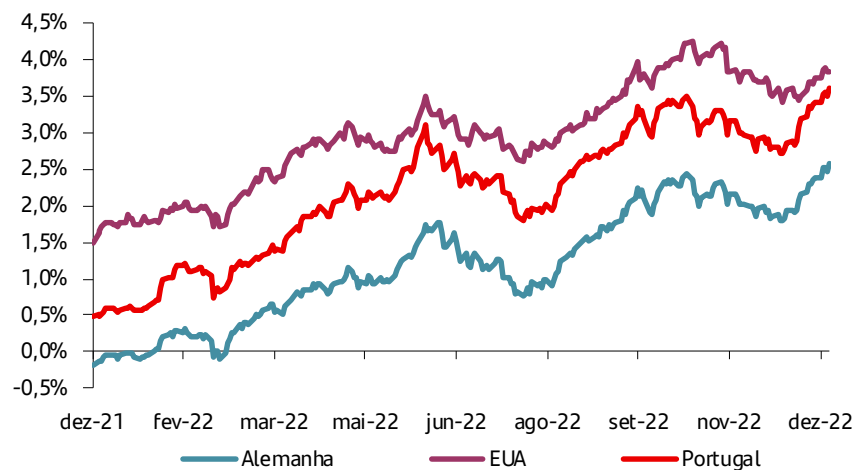
Já a evolução das taxas de juro de longo prazo seguiu uma dinâmica diferenciada, com maior volatilidade intra-anual, associada à perceção de riscos para a atividade económica e possibilidade de os bancos centrais poderem inverter a política monetária.

No final de 2023 ou durante o ano de 2024, situação aliás patente na forte inclinação negativa da curva de rendimentos. Por este motivo, embora a tendência fosse de subida, registaram-se vários momentos de correção ao longo do ano de 2022, posteriormente revertidos. Em 2022, a *yield* alemã a 10 anos subiu 2,7pp, tendo partido de níveis negativos no início do ano, enquanto a *yield* americana subiu 2,3pp. Os **diferenciais de taxas de juro soberanas** subiram no decurso do ano de 2022, acompanhando a subida das *yields*, mas também

refletindo uma ligeira deterioração na avaliação da perceção de risco, associada à guerra na Ucrânia. Esta dinâmica, que foi transversal na zona euro, afetou mais a periferia e, em particular, a Itália, cujo *spread* face à Alemanha, para o prazo dos 10 anos, se agravou em mais de 1pp entre o final de 2021 e o final do primeiro semestre de 2022, ultrapassando os 250pb.

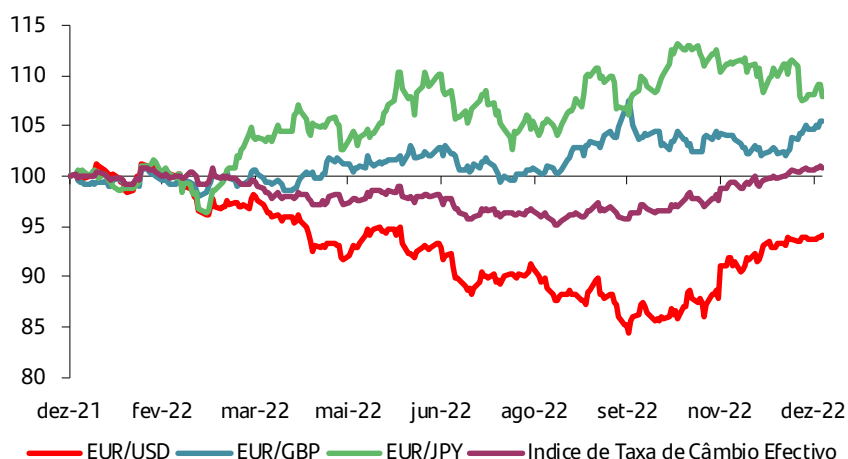
Considerando os riscos de emergência de um cenário de instabilidade nos mercados financeiros, em julho, o BCE anunciou a criação do “**Instrumento de Proteção da Transmissão (TPI)**”, ao abrigo do qual poderia intervir nos mercados de dívida pública, para combater “dinâmicas de mercado desordenadas e indesejadas” que resultassem numa deterioração das condições de financiamento de um país não justificadas pelos seus fundamentos económicos e que, por esse motivo, prejudicasse a transmissão da política monetária. O programa depende de condições muito específicas, mas permitiu travar o agravamento de *spreads* que estava em curso.

Taxas de juro 10 anos



Em **Portugal**, a taxa de rendibilidade a 10 anos registou uma trajetória ascendente ao longo do ano, em linha com a tendência anteriormente descrita. Ao longo do ano, a *yield* subiu 3,1pp, para 3,6%, no final de 2022, resultando num agravamento do *spread* face à *yield* alemã para o prazo dos 10 anos em 37pb, para 104pb. O nível mais elevado do *spread*, em 2022, foi observado em meados de junho, num movimento generalizado a nível europeu, tendo ultrapassado os 136pb (igualmente o nível mais elevado desde o início da pandemia, em 2020). A posterior “intervenção” do BCE, com o anúncio da criação do TPI, permitiu uma correção, com o estreitamento dos *spreads* até final

Principais taxas de câmbio (Dez 2021 = 100)



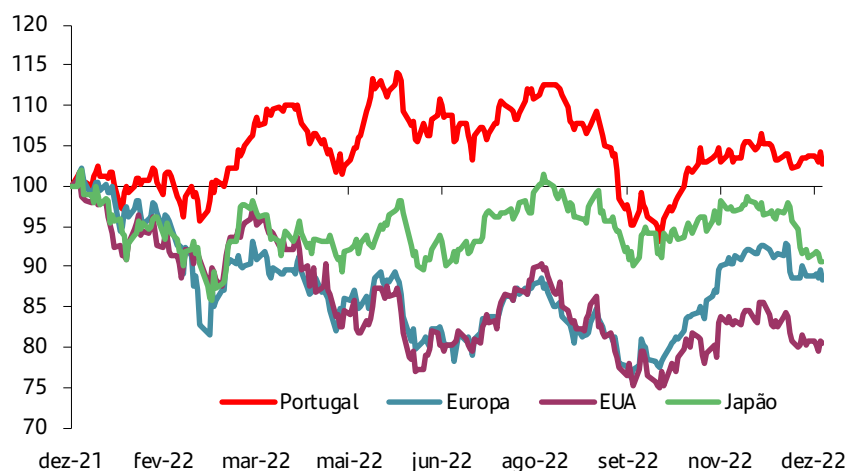
Fonte: BCE

No **mercado cambial**, a dinâmica mais marcante durante o ano de 2022 foi a evolução do euro face ao dólar, que se caracterizou por uma depreciação continuada, tendo mesmo conduzido o seu valor abaixo da paridade em agosto (o que não ocorria desde 2002), situação que prevaleceu nos mercados até novembro, e apesar de o BCE estar a subir as taxas de juro de referência de forma mais agressiva. Após novembro, o euro apreciou, até 1,1 dólares, consolidando posteriormente acima dos 1,05 dólares.

A libra esterlina e o iene japonês, por seu lado, registaram uma depreciação ainda mais pronunciada face ao dólar, pelo que o euro se apreciou face a estas divisas. Apesar da significativa depreciação do euro face ao dólar (13% em 2022), a taxa de câmbio efetiva do euro registou uma apreciação de 0,9%, fruto da do comportamento positivo em 5,6% face à libra e em 7,9% face ao iene.

Em termos de taxa de câmbio face ao dólar norte-americano, a **libra esterlina** retomou os mínimos desde meados dos anos 1980, já próximo da paridade, embora corrigindo no final do ano, para 0,83p por dólar. O **iene japonês**, por seu lado, retomou mínimos de 1990, ao cotar acima de 150 ienes por dólar em outubro, posteriormente corrigindo também para fechar 2022 nos 130 ienes.

Mercados acionistas (Dez 2021 = 100)



Fonte: Bloomberg

Os **mercados acionistas** foram penalizados pelo contexto inflacionista e consequente subida das taxas de juro de referência, ao longo do ano de 2022. A tendência de desvalorização estava já em curso quando a Rússia invadiu a Ucrânia, o que conduziu a uma maior correção, por aversão ao risco, num quadro de elevada incerteza.

Ao longo do ano, a volatilidade foi elevada, fundamentalmente devido à evolução das expectativas quanto à atuação futura dos bancos centrais sobre as taxas de juro de referência. A sinalização, pelos principais bancos centrais, de que os riscos de inflação permanecem elevados e, por conseguinte, se materializem em taxas de juro mais elevadas durante mais tempo dominou os mercados acionistas, tendo estes registado uma desvalorização pronunciada dos principais índices (Eurostoxx: -11,7%; S&P500: -19,4%).

Portugal foi uma exceção, com o índice PSI a valorizar 2,8%, beneficiando do peso das empresas do setor energético. A maior valorização foi da Galp energia (+55,4%), seguida da Greenvolt (+25,6%), que beneficiou também de maior abertura do capital em bolsa. A EDP Renováveis, por seu lado, registou uma depreciação de 5,7%.

O **ouro** também se caracterizou por alguma volatilidade, não desempenhando plenamente o seu papel de ativo de refúgio num contexto de inflação elevada, embora fechando o ano acima dos 1 840 dólares por onça. Contudo, durante o verão, registou uma depreciação significativa, cotando abaixo dos 1 700 dólares, tendência revertia já mais perto do final do ano, quando as pressões inflacionistas voltaram a dominar as atenções.

Economia Portuguesa

Dados Macroeconómicos

	2021	2022E	2023P
PIB	5,5	6,7	0,4
Consumo Privado	4,7	5,7	1,1
Consumo Público	4,6	2,4	0,5
Investimento	10,1	2,7	1,2
Exportações	13,4	16,7	0,9
Importações	13,2	11,0	2,2
Inflação média	1,3	7,8	5,1
Desemprego	6,6	6,0	7,0
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,9	-0,6	-0,9
Dívida Pública (% do PIB)	125,5	113,8	110,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,5	-0,3	0,0

Fonte: INE, Banco de Portugal. Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

Em 2022 a atividade económica cresceu 6,7%, num claro contexto de recuperação pós-pandémica, beneficiando de efeitos de base relacionados com os confinamentos em 2021 (o efeito de *carry over*¹ para 2022 foi de 3,9%), de que o forte crescimento em cadeia observado no 1.º trimestre foi exemplo (+2,4%)

A progressiva melhoria da situação sanitária associada à pandemia de Covid19 permitiu às autoridades levantarem a maioria das restrições à atividade durante o verão, o que também contribuiu para a reanimação da atividade.

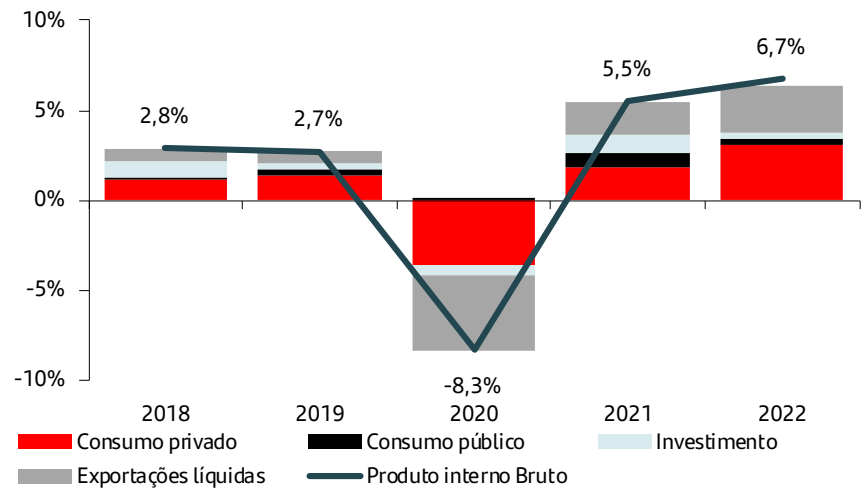
Contudo, o ritmo de crescimento em cadeia foi relativamente moderado, em média de 0,3%, nos segundo, terceiro e quarto trimestre do ano, à medida que os efeitos da guerra na Ucrânia, da elevada inflação e da subida das taxas de juro de referência pelo BCE se foram transmitindo à economia.

¹Crescimento acumulado anual do PIB em 2022, assumindo que se manteria constante, durante todo o ano, no nível do 4T2021



 **AEGON**  **Santander**

SEGUROS VIDA

Contributos para o crescimento do PIB (tvh)

Fonte: INE

Fonte: INE

De realçar que no 4.º trimestre de 2022 a economia cresceu 0,3% em cadeia (3,2% em termos homólogos), beneficiando do ritmo do consumo privado e do crescimento do investimento, parcialmente anulado pelo contributo das exportações líquidas. Apesar da desaceleração face ao trimestre anterior, a economia evidenciou uma apreciável resiliência, aliás em linha com as principais economias europeias, evitando uma contração no final do ano.

Todas as componentes da despesa contribuíram positivamente para o crescimento, tanto a procura interna, como a procura externa, numa dinâmica onde a recuperação pós-pandémica teve um contributo de relevo.

Ao nível da **procura interna**, o levantamento das restrições associadas à pandemia permitiu uma aceleração do consumo privado, enquanto o contributo do **consumo público**, por seu lado, foi menor, devido à redução de gastos associados à pandemia, pois nos dois anos anteriores tinha ocorrido um elevado volume de despesa em materiais sanitários.

O **consumo privado** cresceu 5,7% em 2022, apoiado pela reabertura da economia, prolongando a recuperação iniciada logo em 2021, em especial ao nível da realização de despesa discricionária em bens e serviços não essenciais. Neste âmbito, destaque para a recuperação do turismo por residentes, que ultrapassou os anteriores máximos de 2019.

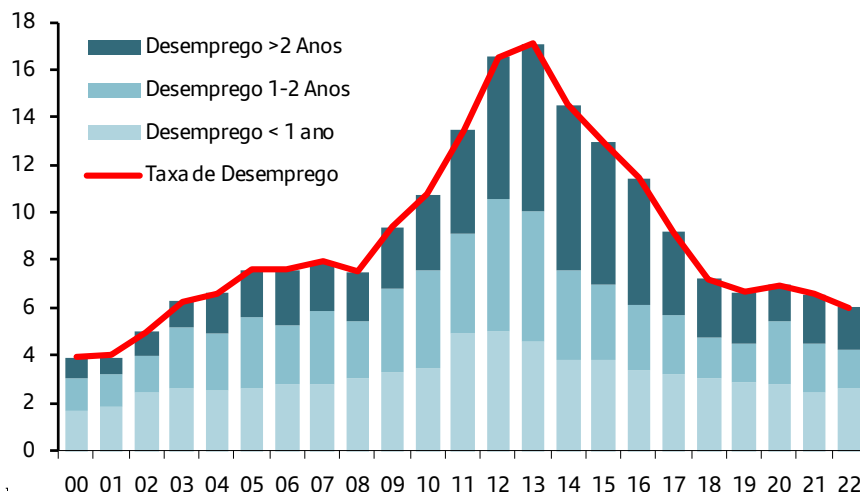
A composição da despesa das famílias sofreu uma alteração muito significativa, pois os gastos em alimentação reduziram-se face ao pico observado durante o confinamento, devido ao regresso ao trabalho presencial, por contrapartida do aumento da despesa em bens duradouros, por um lado, e em bens e serviços não alimentares, por outro.



AEGON  **Santander**

SEGUROS VIDA

Taxa de desemprego (%)



Fonte: INE

O mercado de trabalho revelou-se bastante dinâmico, caracterizando-se pelos baixos níveis de desemprego, refletindo uma economia a operar no pleno emprego. Com efeito, a taxa de desemprego manteve-se abaixo de 7%, mas sem gerar aumentos salariais muito significativos.

Os preços no consumidor aceleraram rapidamente, com a inflação a alcançar 7,8% em média anual (o nível mais elevado desde o início dos anos 1990), gerando um maior crescimento da despesa, a preços correntes, face ao crescimento do rendimento, com conseqüente redução da taxa de poupança das famílias para 5,7% no 3.º trimestre (em média móvel de quatro trimestres), retomando os níveis pré-pandemia.

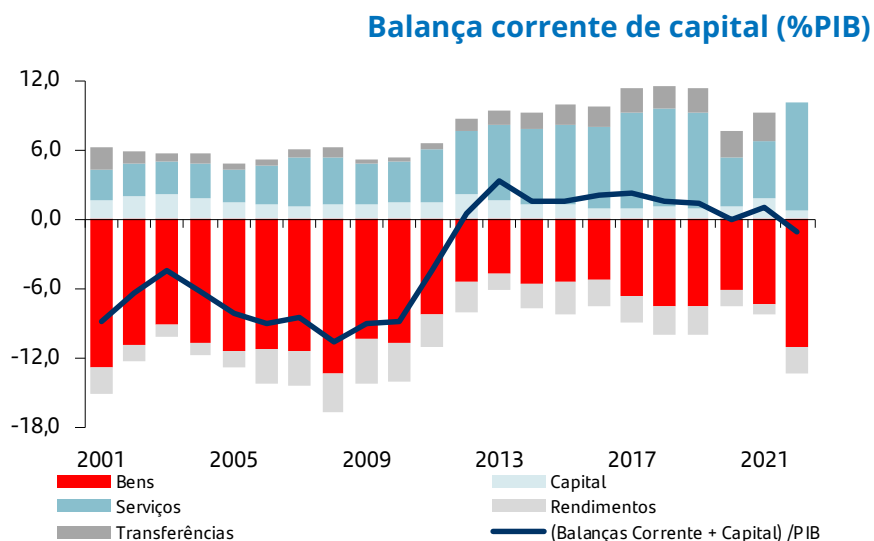
O **investimento** recuperou igualmente, com um crescimento anual de 2,7%, mas com algumas dinâmicas diferenciadas, entre as diferentes componentes, ao longo do ano. O investimento em equipamento de transporte, partindo de níveis elevados em 2019, não recuperou ainda integralmente, ao contrário do que ocorreu nos demais tipos de despesa de capital. Ao nível da construção, assistiu-se já a uma moderação no segundo semestre de 2022, o que contrasta com o comportamento observado durante o período de pandemia, em que a construção tinha sido uma das poucas atividades que não tinham parado.

De referir ainda que este comportamento, ao nível da construção, está alinhado, por um lado, com o fraco ritmo de construção de novos fogos para habitação, que permanecem em níveis historicamente baixos e, por outro lado, com o atraso na execução do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), cujos pagamentos (a meados de fevereiro de 2023) não chegavam a 9% do envelope financeiro total.

As **exportações** de bens e serviços cresceram 16,7% em 2022, com uma recuperação sustentada dos serviços, beneficiando da recuperação do turismo. Embora o número de hóspedes não residentes não tivesse ainda recuperado o anterior pico registado em 2019, o setor conseguiu ajustar os preços em alta, reposicionando a atividade, tendo registado, como tal, um máximo ao nível dos proveitos. O contexto de guerra na Europa também favoreceu a atratividade da oferta nacional, com o setor a beneficiar ainda do crescimento dos visitantes dos EUA (potenciado pela apreciação do dólar face ao euro).

As exportações de bens cresceram igualmente de forma sustentada, atingindo um novo máximo histórico. A normalização nas cadeias de valor globais permitiu a recuperação da atividade no setor automóvel, mas todos os setores, de um modo geral, registaram um aumento do volume de vendas ao exterior. O quadro de guerra em curso na Ucrânia permitiu também que empresas portuguesas, em

determinados setores, não estando dependentes de cadeias logísticas afetadas pelo conflito, substituíssem a oferta de outros concorrentes.



Fonte: Banco de Portugal, INE

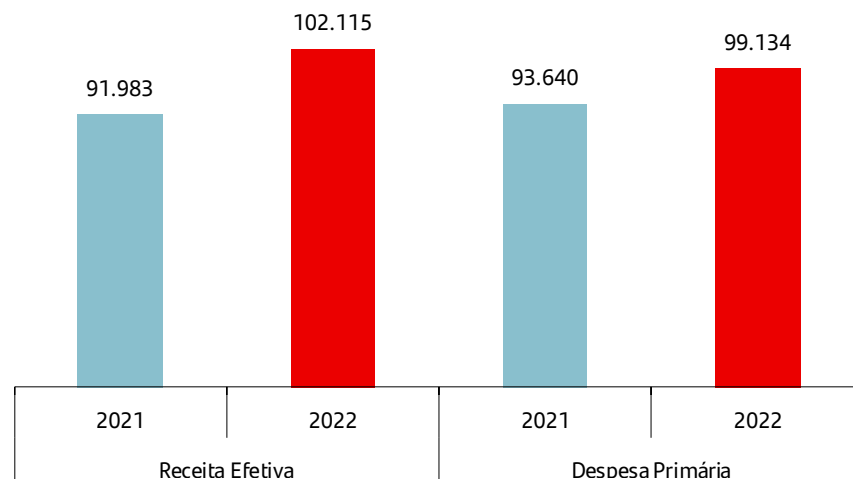
As **importações** de bens cresceram, embora de forma mais moderada do que em 2021 (11,0% vs 13,4%, respetivamente), com o efeito preço a traduzir-se numa moderação das compras, em volume.

Os efeitos preço, decorrentes da subida dos preços da energia e das matérias-primas, tiveram um importante impacto sobre a **balança de bens**, o que, conjugado com um crescimento em volume das compras ao exterior, contribuiu para uma deterioração do défice para 11% do PIB. Este efeito foi compensado pela forte recuperação da **balança de serviços**, associada à reanimação do turismo.

A **balança de capital**, que reflete sobretudo os fundos europeus, permaneceu excedentária, embora abaixo do observado em 2021, quando tinha ocorrido a 1.ª grande transferência de fundos associados ao PRR. Por seu lado, o saldo da **balança de rendimentos** agravou o défice, refletindo o impacto da subida das taxas de juro, ocorrido ao longo do ano, sobre o pagamento de juros da dívida, pública, mas também privada, ao exterior, partindo de níveis mínimos de taxas de juro no ano anterior.

Em resultado, o **saldo da balança corrente e de capital** registou um défice de cerca de 0,3% do PIB.

Receita efetiva e despesa primária (€mn)



Fonte: Ministério das Finanças

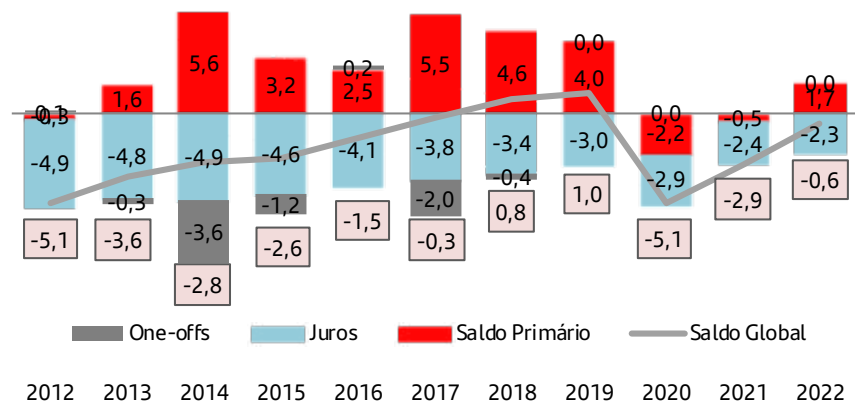
Fonte: Ministério das Finanças

As **finanças públicas** beneficiaram do **forte crescimento nominal da atividade**, em 2022 (o PIB nominal cresceu 10,9%). O saldo orçamental registou um défice menor do que o estimado (de 0,6% do PIB face à meta orçamental de um défice de 1,9%), beneficiando de um maior crescimento da receita fiscal. Ao nível dos impostos diretos, destaca-se a receita de IRC (+43,9% em termos homólogos), pela recuperação da margem das empresas. Ao nível dos impostos indiretos, destaque para o IVA (+18,8% face a 2021).

A despesa cresceu, abaixo da receita, fruto do controlo relativo da despesa com pessoal (a massa salarial cresceu apenas 3,0%, com aumentos salariais de 0,9% e o restante a resultar do descongelamento de carreiras). Os encargos com o serviço da dívida diminuíram, apesar da subida das taxas de juro de mercado, porque o impacto desta alteração esteve concentrado na segunda metade do ano, e porque as Obrigações do Tesouro que venceram tinham uma taxa de cupão superior às *yields* de mercado observadas em 2022.

No quadro do plano de financiamento do Tesouro, em 2022, destaque para o forte afluxo de poupança dos particulares para os Certificados de Aforro, que registaram subscrições líquidas de mais de 7 mil milhões de euros, beneficiando de uma maior remuneração, que está associada à taxa de juro Euribor 3 meses. Não obstante, parte desses fundos foram provenientes do vencimento de outros produtos de aforro de retalho do Tesouro, como os Certificados de Poupança e as OTRV, gerando assim um financiamento líquido de mil milhões de euros. O restante financiamento ocorreu com instrumentos de mercado, com destaque para as OTs. Estas emissões continuaram a contribuir para manter a maturidade média da dívida pública e, simultaneamente, reduzir o seu custo médio (em 0,1pp face a 2021, para 1,8%).

Saldo Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

Em termos relativos, a dívida pública voltou a reduzir-se, beneficiando do maior crescimento do PIB nominal. No final de 2022, a dívida pública atingiu os 113,8% do PIB, traduzindo-se numa redução de quase 12pp face a 2021, e no menor rácio da dívida pública desde 2010. Esta redução é importante, em especial quando o BCE já comunicou a intenção de reduzir progressivamente a sua carteira de dívida pública, adquirida ao abrigo dos vários programas de *quantitative easing* executados na última década.

O **rácio global de endividamento** da economia portuguesa situou-se próximo dos 300% do PIB (-26pp face a 2021), com o setor privado empresarial a situar-se nos 122% (-9pp) e as famílias nos 64% do PIB (-4pp), claramente abaixo dos níveis observados no período anterior ao programa de ajustamento económico-financeiro de 2011-14.

O setor bancário português registou um mais lento crescimento do crédito, numa dinâmica mais perceptível no segundo semestre do ano, enquanto os depósitos continuaram a crescer, embora também progressivamente de forma mais lenta no segundo semestre do ano.

Com efeito, o crédito ao setor privado cresceu apenas 1,6% em 2022, suportado por um crescimento do crédito hipotecário em 2,8%. O crédito a empresas começou a reduzir-se, no último trimestre do ano, no contexto da subida das taxas de juro, tendo no final do ano registado uma contração de 0,2% face ao *stock* disponível no final de 2021.

Ao nível dos recursos de clientes, os depósitos cresceram 6,2% em 2022, de forma relativamente generalizada entre setores. Ao nível dos particulares, o contexto mais volátil nos mercados financeiros traduziu-se numa redução das aplicações em fundos de investimento e em seguros financeiros.

Apesar deste contexto de elevada incerteza e de riscos adversos, a qualidade creditícia não se deteriorou, com o rácio de NPL a situar-se em 3,2% no final do

terceiro trimestre (-0,5pp face ao final de 2021), com uma cobertura por imparidades de 53,6%.

Em termos de rendibilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2021 (+0,2pp, para 0,7%), enquanto a rendibilidade dos capitais próprios aumentou para 8,3% (+2,9pp face ao final de 2021).

A resiliência da economia e a boa execução orçamental permitiram uma melhoria na notação de risco da República atribuída pelas agências, em um *notch*, para BBB+ pela S&P e Fitch, e A (low) pela DBRS. A Moodys já tinha revisto a notação em 2021, para Baa2.

Nota: texto escrito com a informação disponível até 28 de fevereiro de 2023.

Mercado de Seguros em Portugal

No ano de 2022, o volume da produção de seguro direto em Portugal ascendeu a 12 mil milhões de Euros, refletindo uma diminuição de 9,5% face ao valor registado no ano anterior.

O ramo Vida, contrariamente ao verificado em 2021, apresentou um decréscimo da produção de 21,8%. Os ramos Não Vida, seguindo a tendência dos últimos anos, registou um aumento de 7,4%.

No ramo Vida, os planos de poupança reforma (PPR) viram o seu peso aumentar apenas 0,4 pontos percentuais (24,7% em 2021), apesar de a sua produção ter diminuído 20,6% face a 2021.

Nos ramos Não Vida, todos os ramos apresentaram um crescimento, sendo de destacar Acidentes e Doença (9,3%), Incêndio e Outros Danos (7,4%) e Automóvel (3,8%).

Produção* de seguro direto em Portugal, por ramos

MILHARES DE EUROS

	2021	2022**	Δ
Vida	7 728 304	6 042 904	-21,8%
Seguro de Vida	3 062 622	2 984 711	-2,5%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	4 664 932	3 058 193	-34,4%
Operações de Capitalização	750	-	-100,0%
Não Vida	5 621 808	6 038 630	7,4%
Acidentes e Doença	2 184 040	2 387 215	9,3%
Acidentes de trabalho	965 284	1 027 197	6,4%
Doença	1 033 897	1 156 370	11,8%
Outros Acidentes	184 859	203 648	10,2%
Incêndio e Outros Danos	1 000 240	1 074 029	7,4%
Automóvel	1 893 906	1 966 043	3,8%
Marítimo e Transportes	28 293	30 543	8,0%
Aéreo	10 132	10 978	8,3%
Mercadorias Transportadas	19 730	21 972	11,4%
Responsabilidade Civil Geral	164 448	181 483	10,4%
Diversos	321 018	366 365	14,1%
TOTAL	13 350 112	12 081 534	-9,5%

*Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço

Fonte: ASF

** valores provisórios

Apesar das perturbações sentidas nos últimos exercícios, o setor segurador tem revelado capacidade de reagir a situações adversas, uma vez que é caracterizado por um elevado grau de flexibilidade, capacidade de adaptação e inovação no desenvolvimento de soluções ajustadas às necessidades dos clientes. Nesta sequência, em 2023 espera-se que o setor continue a trabalhar para reforçar uma posição de solidez, credibilidade e resiliência, com o objetivo de aumentar os níveis de proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa referir que, tratando-se do sétimo ano desde a entrada em vigor do regime de Solvência II, é possível constatar uma maior estabilidade nos processos de certificação anual e da articulação entre o Revisor Oficial de Contas e o Atuário Responsável, quer ao nível do cumprimento dos requisitos de reporte e da qualidade da informação reportada.

Importa ainda referir que em 2023 estão previstas alterações à Diretiva Solvência II. O setor continuará a acompanhar os processos de revisão, em particular dos tópicos potencialmente mais relevantes para o mercado nacional.

A entrada em vigor da IFRS 17 – Contratos de Seguros a 1 de janeiro de 2023 define-se como um importante desafio. Esta nova norma irá introduzir uma profunda mudança na contabilização das demonstrações financeiras das empresas de seguros. A mensuração das responsabilidades dos contratos de seguro terá novas regras, trazendo maior exigência e complexidade.

A IFRS 17, publicada a 18 de maio de 2017 pelo International Accounting Standards Board (IASB), substituirá a IFRS 4 e cobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. A nova norma pretende trazer aos investidores e outros *stakeholders* uma maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros. Na perspetiva regulatória, 2022 foi um ano muito rico em aprovação de normas regulamentares basilares e estruturantes do ramo segurador, sobretudo ao nível da governação e conduta de mercado.

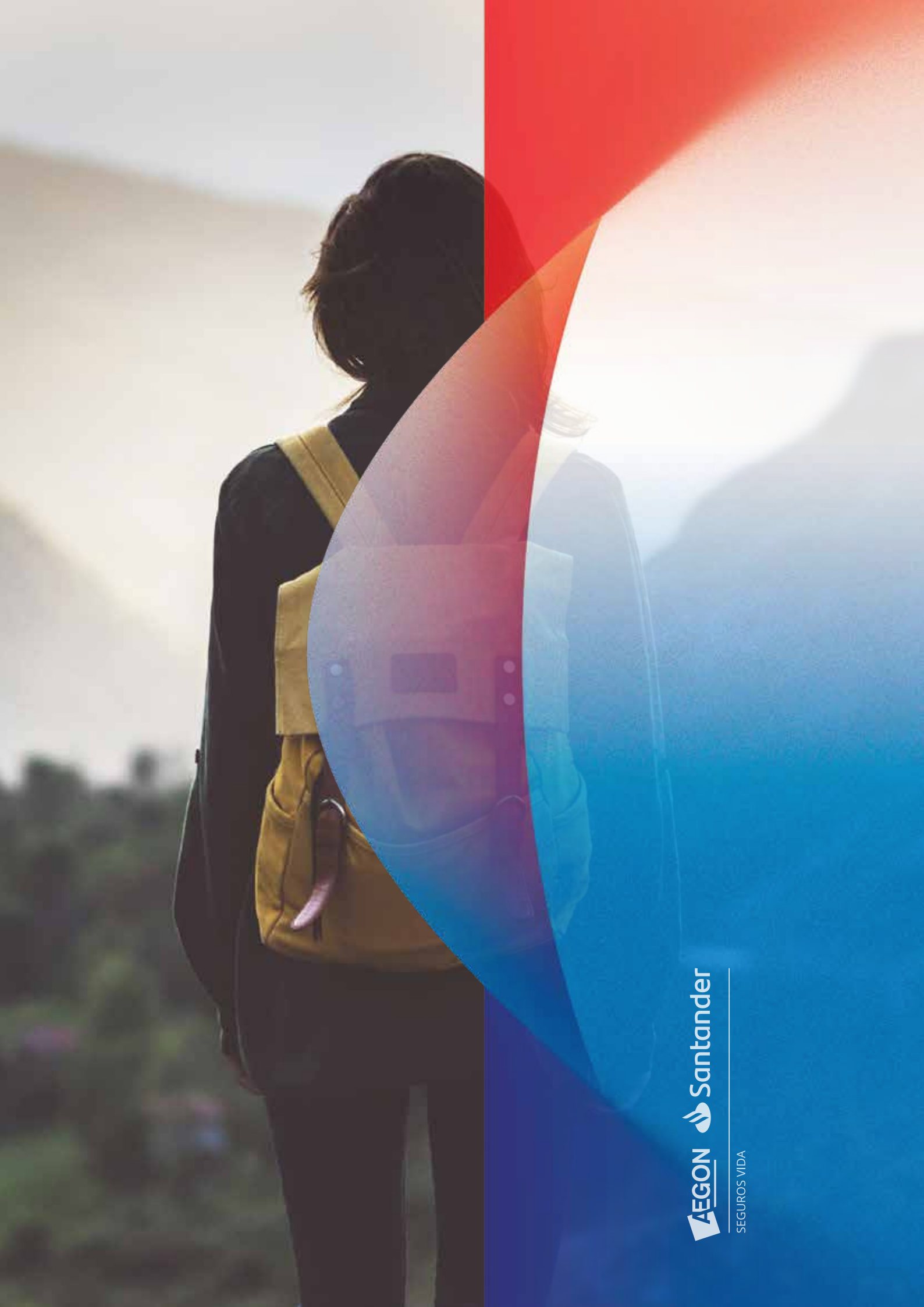
A 26 de abril de 2022, foi aprovada a Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, relativa ao sistema de governação das empresas de seguros e de resseguros. É incontornável a importância que o sistema de governação assume na atividade seguradora, revelando-se prioritário e essencial assegurar a gestão sã e prudente das empresas de seguros e de resseguros. Este normativo atualiza o regime regulamentar face ao enquadramento legal nacional e europeu e às melhores práticas de supervisão.

A 7 de junho, a ASF aprovou a Norma Regulamentar n.º 6/2022, relativa à Segurança e Governação das Tecnologias da Informação e Comunicação e à Subcontratação a Prestadores de Serviços de Computação em Nuvem. Com este normativo, procede-se ao estabelecimento dos requisitos e princípios gerais em matéria de segurança e governação das tecnologias da informação e comunicação e ao estabelecimento de requisitos específicos em matéria de subcontratação a prestadores de serviços de computação em nuvem. Abrange igualmente a cibersegurança no âmbito das medidas de segurança da informação dessas empresas.

No mesmo dia, a 7 de junho de 2022, a ASF aprovou a Norma Regulamentar n.º 7/2022-R, relativa à conduta de mercado e ao tratamento de reclamações pela ASF, que estabelece as regras gerais a observar pelas empresas de seguros no seu relacionamento com os tomadores de seguros, segurados, beneficiários e terceiros lesados, e pelas entidades gestoras de fundos de pensões no seu relacionamento com os associados, participantes, contribuintes e beneficiários, definindo ainda o procedimento de tratamento das reclamações apresentadas à ASF contra entidades supervisionadas. Esta norma estabelece que as empresas de seguros devem instituir uma função autónoma responsável pela conduta de mercado e designar um membro do órgão de administração responsável por esta área, prevendo-se, ainda, que sejam realizadas avaliações periódicas à qualidade, adequação e eficácia das políticas, procedimentos e controlos em matéria de conduta de mercado.

O Regulamento Delegado (UE) 2021/1256 da Comissão de 21 de abril de 2021 que altera o Regulamento Delegado (UE) 2015/35 no que respeita à integração dos riscos de sustentabilidade no governo das empresas de seguros e de resseguros, tornou-se aplicável a partir de 2 de agosto de 2022, tendo a Aegon Santander Portugal procedido a uma revisão das suas políticas de risco de forma a incorporar

O ano de 2023 será, uma vez mais, um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador, dando continuidade a práticas que permitam torná-lo mais rigoroso e transparente, quer na resposta ao supervisor, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral.



AEGON  **Santander**

SEGUROS VIDA

os princípios decorrentes desta regulação europeia (diretamente aplicável em todos os Estados Membros). Ainda dentro da mesma temática da sustentabilidade, a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) emitiu uma Nota Orientadora relativa à integração das preferências de sustentabilidade do consumidor na avaliação de adequação ao abrigo da Diretiva da Distribuição de Seguros.

Continua a destacar-se a contínua monitorização do cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), que entrou em vigor em 25 de maio de 2018. Este regulamento, que surgiu como uma consequência direta da evolução tecnológica, sobretudo ao nível da utilização de dados cada vez mais granulares e de processos de partilha de dados mais complexos, está diariamente presente na tomada de decisões estratégicas das entidades e o seu cumprimento revela-se imprescindível para uma gestão sã e prudente das mesmas.

Não obstante a elevada exigência regulamentar verificada durante 2022, a Companhia desenvolveu e continuará a desenvolver esforços no sentido de assegurar o cumprimento de todos os requisitos, bem como a sua atempada implementação.

A par da implementação e operacionalização de exigentes requisitos legais e regulamentares, identifica-se, na sociedade em geral, uma crescente preocupação com os riscos cibernéticos e com a segurança da informação, tema que será também um dos focos no futuro próximo do setor.

Análise de gestão

Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

Um sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz é determinante para proteger e fortalecer a Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros. Este sistema pretende acrescentar valor à Companhia e dotá-la de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;
- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;

- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

Durante o ano de 2022 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II veio inculcar na atividade. Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de políticas de risco;
- Elaboração e aprovação do relatório *Own Risk and Solvency Assessment* (ORSA), apresentando o perfil de risco, a metodologia de gestão de risco implementada, a projeção do rácio de solvência para os próximos três anos e o comportamento do rácio face à ocorrência de cenários adversos. Em qualquer um dos cenários, a Companhia revelou sempre rácios de solvência suficientes para o cumprimento dos requisitos regulamentares;
- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;
- Certificação do reporte anual de 2021 (qualitativo e quantitativo) por parte do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável, no cumprimento da Norma Regulamentar N° 2/2017-R de 24 de março;
- Elaboração do relatório anual *Solvency and Financial Condition Report*, divulgação pública e comunicação à ASF em conjunto com os relatórios de certificação;
- Realização de um exercício de análise de sensibilidade aos principais riscos solicitado pelo Supervisor, atento ao atual contexto macroeconómico;
- Monitorização dos planos de implementação de recomendações emitidas por Auditores (externos e internos), pelo Supervisor e pelo Atuário Responsável;
- Melhoria dos procedimentos de controlo e revisão de indicadores de reporte;
- No âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, destaca-se a realização de um exercício de *Disaster Recover* na vertente tecnológica.

A envolvimento e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso.

O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

Síntese de indicadores

MILHÕES DE EUROS

AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA	2022	2021
Posição financeira		
Ativo líquido	139,2	128,7
Passivo	99,8	88,5
Capitais próprios	39,3	40,3
Resultado líquido	20,3	17,7
Atividade seguradora		
Prémios brutos emitidos	119,8	107,3
Custos com sinistros de seguro direto	(17,7)	(17,1)
Custos de aquisição	(58,6)	(53,5)
Saldo de resseguro	(4,1)	(4,8)
Resultados dos investimentos	0,4	0,5
Número de apólices em vigor	486 455	480 689
Quota de mercado (segmento vida risco, distribuído através da rede bancária)	16,1%	14,4%
Outras variáveis e rácios		
Número de colaboradores (em 31 de Dezembro) (*)	82	76
Prémios emitidos / Número de colaboradores	1,5	1,4
Resultado líquido / Número de colaboradores	0,2	0,2
Resultado líquido / Prémios emitidos	17%	17%

(*) Colaboradores das 2 seguradoras Aegon Santander Portugal + Administrador Delegado

Atividade comercial

Distribuindo essencialmente através da rede do Banco Santander Totta, S.A., os contratos comercializados pela Companhia são exclusivamente contratos de seguro que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte e de invalidez, incluindo outras coberturas complementares tais como: doenças graves, desemprego, incapacidade temporária, entre outras.

Em Outubro de 2019, concretizou-se a incorporação na Aegon Santander Portugal Vida do ramo de atividade, comercializado originalmente pela Eurovida, Companhia de Seguros de Vida, S.A. e cujo acordo de transferência foi assinado no final de 2018. Esta atividade foi consolidada durante o ano de 2020.

Nesta base e considerando a atividade global, em 2022, a Companhia atingiu um volume de prémios emitidos de 119,8 milhões de Euros, com particular destaque para um aumento de 4% em contratos de prémios periódicos, aumento de 10% no segmento de empresas (contratos de grupo) e de 31% em os produtos de prémios não periódicos, face a 2021.

O crescimento do volume de prémios emitidos, demonstra a solidez do *mix* estratégico de negócio da Companhia, que visa responder às necessidades dos clientes, elevar o seu nível de proteção e igualmente incrementar o seu nível de fidelização.

Assim, o resultado da atividade comercial, em 2022, materializou-se num aumento do volume de capitais seguros de 8%, para um valor superior a 15 468 milhões de Euros.

Os custos com sinistros de seguro direto situaram-se nos 17,7 milhões de Euros (2021: 17,1 milhões de Euros), representando uma taxa de sinistralidade sobre prémios emitidos de 14,8% (2021: 15,9%), sendo morte a principal cobertura afetada.

Gestão de ativos

Os investimentos da Companhia serão geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia não possuiu quaisquer instrumentos financeiros derivados ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem

essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais ativos financeiros são analisados como segue:

MILHÕES DE EUROS		
ATIVOS FINANCEIROS	2022	2021
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2,4	8,2
Ativos disponíveis para venda		
Títulos de dívida pública	43,0	29,0
De outros emissores públicos	-	-
De outros emissores	49,0	52,5
Total	94,4	89,6

Em 2022, os resultados obtidos com a atividade financeira (antes de gastos de gestão) ascenderam a 456 milhares de Euros (2021: 478 milhares de Euros).

Custos e gastos por natureza a imputar

Em 2022, os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 10,5 milhões de Euros (2021: 9,7 milhões de Euros), destacando-se os custos de tecnologia e amortização de intangíveis, como segue:

MILHÕES DE EUROS		
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	2022	2021
Gastos com o pessoal	3,1	2,7
Fornecimentos e serviços externos	4,9	4,6
Impostos e taxas	0,1	0,1
Depreciações e amortizações do exercício	1,9	2,0
Juros suportados	0,0	0,0
Comissões	0,4	0,4
Total	10,5	9,7

Recursos humanos e formação

Na Aegon Santander Portugal, a missão é clara: ajudar os seus clientes a proteger o que lhes é mais precioso está no centro do que as equipas da Aegon Santander fazem. Este compromisso para com os clientes e alinhamento com a estratégia de negócio definida pelos Acionistas, contribuem de forma decisiva para o forte desempenho financeiro obtido e exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores colaboradores, de forma que seja possível a obtenção de sucesso hoje, mas também na aposta do potencial a longo prazo.

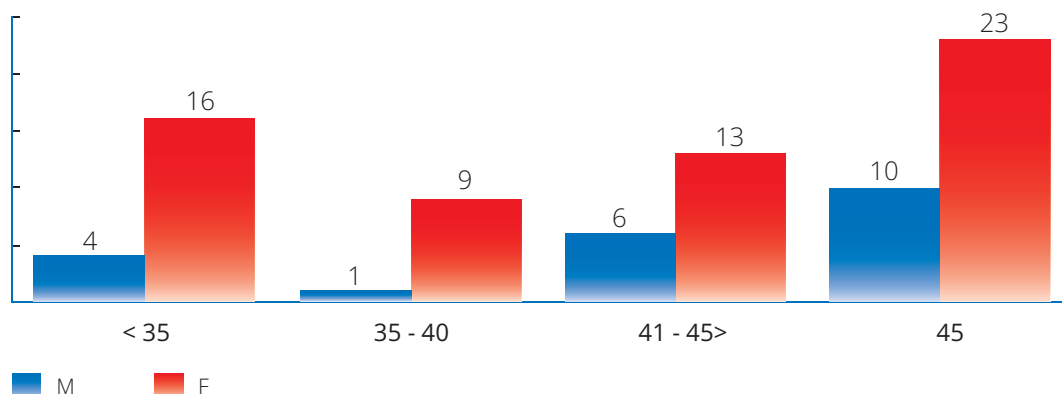
Em 31 de dezembro de 2022, a Aegon Santander Portugal (Vida e Não Vida), conta com 82 colaboradores (incluindo Administrador Delegado).



AEON  **Santander**

SEGUROS VIDA

Estrutura de Colaboradores



Os colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 42 anos, sendo 74% mulheres e 26% homens.

A estratégia de recursos humanos suporta a performance da Companhia, dando ênfase a: (i) foco nos clientes, ligando as atividades do dia-a-dia com a missão da organização; (ii) autonomia para os colaboradores atuarem em linha com os valores da Companhia; (iii) criar um ambiente de inclusividade e diversidade onde o contributo de todos é valorizado; e (iv) investimento ativo em competências, *mind-sets* e capacidades necessárias para alcançar sucesso na era digital.

A Companhia mantém igualmente o seu compromisso com os seus colaboradores, no que respeita ao desenvolvimento das suas carreiras e competências. Desenvolver novos líderes com foco na agilidade e execução e uma equipa globalmente capacitada para continuar a entregar crescimento contínuo para a Aegon Santander são prioridades dentro da organização.

Desde 2016, a Aegon Santander tem sido distinguida consecutivamente como uma das melhores empresas para trabalhar. Este facto que confirma a estratégia seguida na atração e retenção de talento e materializa-se na excelência dos resultados alcançados ao longo dos anos em todas as vertentes da atividade.

Capital Próprio e Solvência

No final do ano de 2022, o Capital Próprio da Companhia encontrava-se nos 39,3 milhões de Euros (2021: 40,3 milhões de Euros), o que representa um decréscimo de cerca de 1,0 milhão de Euros face ao ano transato. Esta evolução é essencialmente explicada pelo resultado líquido do exercício, distribuição de dividendos e variação negativa da reserva de justo valor.

No que se refere aos requisitos de capital, a Companhia privilegia a manutenção de rácios de solvência robustos, por forma a permanecer numa situação financeira estável. A gestão do nível de solvência é efetuada numa base trimestral, atendendo tanto às alterações do seu perfil de risco como das condicionantes económicas. Tendo por base o regime Solvência II, definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia respondeu aos seus requisitos durante o ano de 2022.

Como tal, é entendimento do Conselho de Administração, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2022, tendo por base a sua informação financeira e regulatória disponível. O rácio de solvência será apresentado no relatório anual sobre a

solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2023.

Perspetivas para 2023

A Aegon Santander Portugal Vida reagiu bem aos desafios introduzidos pela situação económica atual e está bem posicionada perante os clientes que procuram marcas de confiança, soluções de valor, conveniência e serviços fiáveis.

2023 será um ano desafiante para a Aegon Santander, onde nos manteremos focados no investimento e inovação das linhas de negócio estratégicas, apostando nas sinergias que advêm do modelo de distribuição e na multicanalidade para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda. A prestação de um serviço de qualidade continuará a ser uma das prioridades, dando continuidade ao trabalho desenvolvido que tornou a Companhia uma referência no setor.

Mantendo os Clientes no centro de tudo o que fazemos, continuaremos a desenvolver a nossa estratégia de crescimento sustentável e a reforçar diariamente a nossa relação com todos os *stakeholders*.

Proposta de aplicação de resultados

O Resultado Líquido da Aegon Santander Portugal Vida, em 2022, é de 20.278.589 Euros.

Deste resultado, cerca de 2% será utilizado para o reforço da Reserva Legal no montante de 411.234 Euros, de modo a cumprir o disposto no artigo 62º da Lei nº 147/2015, atingindo assim o limite mínimo da mesma.

O Conselho de Administração propõe a distribuição de dividendos pelos Acionistas, no montante de 15.033.385 Euros

No que diz respeito ao remanescente, no valor de 4.833.970 Euros, o Conselho de Administração propõe a sua transferência para Reservas Livres.

Nota final

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia. Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 23 de março de 2023

O Conselho de Administração

OLAF

AEGON  Santander
SEGUROS VIDA

2.00

Demonstrações Financeiras e Anexo

EUROS

CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	NOTAS	2022			2021
		TÉCNICA VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2 l), 5	95 513 486	-	95 513 486	85 848 327
Prémios brutos emitidos		119 821 584	-	119 821 584	107 316 249
Prémios de resseguro cedido		(24 308 098)	-	(24 308 098)	(21 467 922)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	-	-	-
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2 l), 6	(8 586 755)	-	(8 586 755)	(8 384 052)
Montantes pagos		(6 205 327)	-	(6 205 327)	(7 814 907)
Montantes brutos		(13 443 525)	-	(13 443 525)	(15 834 074)
Parte dos resseguradores		7 238 198	-	7 238 198	8 019 167
Provisão para sinistros (variação)		(2 381 428)	-	(2 381 428)	(569 145)
Montante bruto		(4 281 195)	-	(4 281 195)	(1 236 248)
Parte dos resseguradores		1 899 768	-	1 899 768	667 103
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	2 l), 7	(7 781 709)	-	(7 781 709)	(3 684 790)
Montante bruto		(5 873 954)	-	(5 873 954)	(273 745)
Parte dos resseguradores		(1 907 754)	-	(1 907 754)	(3 411 045)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	2 l), 20	(1 229 118)	-	(1 229 118)	(1 531 400)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	2 l), 8	(50 625 862)	-	(50 625 862)	(48 487 068)
Custos de aquisição		(58 589 574)	-	(58 589 574)	(53 536 866)
Custos de aquisição diferidos (variação)		2 595 592	-	2 595 592	361 924
Gastos administrativos		(7 588 013)	-	(7 588 013)	(6 721 429)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		12 956 133	-	12 956 133	11 409 303
Rendimentos	2 p), 9	1 178 159	-	1 178 159	1 246 311
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		1 178 159	-	1 178 159	1 246 311
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Gastos financeiros	2 p), 10	(742 579)	-	(742 579)	(847 073)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(722 378)	-	(722 378)	(827 267)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		(20 202)	-	(20 202)	(19 806)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 d), 13	-	-	-	59 375
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	59 375
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Diferenças de câmbio		-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		-	(1 347)	(1 347)	(11 517)
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De outros		-	(1 347)	(1 347)	(11 517)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(4 152)	-	(4 152)	(2 835)
Outras provisões (variação)		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	2 c), 2 s), 14	-	48 804	48 804	26 223
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		27 721 471	47 458	27 768 929	24 231 501
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	2 m), 22	-	-	(7 481 304)	(6 517 090)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	2 m), 22	-	-	(9 036)	2 063
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	20 278 589	17 716 475

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	NOTAS	2022			2021
		VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIações / AMOTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 g), 15	2 440 584	-	2 440 584	8 153 985
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		100	-	100	100
Valorizados ao custo		100	-	100	100
Valorizados ao justo valor		-	-	-	-
Valorizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Derivados		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Cobertura de justo valor		-	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa		-	-	-	-
Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira		-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 d), 16	91 933 057	-	91 933 057	81 485 753
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		91 933 057	-	91 933 057	81 485 753
Outros		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
Investimentos em outras empresas participadas e participantes		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Terrenos e edifícios	2 r), 17	1 171 565	78 104	1 093 460	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		1 171 565	78 104	1 093 460	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	2 b), 18	1 004 348	392 129	612 219	296 937
Inventários		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	2 c), 19	20 670 908	14 180 573	6 490 335	7 859 776
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 l), 20	30 665 630	-	30 665 630	27 362 171
Provisão matemática		14 736 084	-	14 736 084	15 037 965
Provisão para sinistros		8 445 289	-	8 445 289	6 545 522
Provisão para participação nos resultados		7 484 257	-	7 484 257	5 778 685
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos		-	-	-	-
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 d), 2 l), 21	4 164 383	211 515	3 952 868	3 504 247
Contas a receber por operações de seguro direto		2 657 228	211 515	2 445 713	2 268 744
Contas a receber por operações de resseguro		127 840	-	127 840	213 865
Contas a receber por outras operações		1 379 316	-	1 379 316	1 021 638
Ativos por impostos e taxas		1 774 903	-	1 774 903	-
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	2 m), 22	1 774 903	-	1 774 903	-
Acréscimos e diferimentos	2 s), 23	154 749	-	154 749	48 931
Outros elementos do ativo		41 981	-	41 981	33 110
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
TOTAL ATIVO		154 022 207	14 862 321	139 159 886	128 745 010

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	NOTAS	2022	2021
PASSIVO			
Provisões técnicas	2 l), 20	77 725 103	68 936 427
Provisão matemática		53 436 014	48 570 041
Provisão para sinistros		22 952 428	18 671 233
Provisão para participação nos resultados		1 336 661	1 695 153
Provisão para participação nos resultados a atribuir		1 336 661	1 695 153
Provisão para participação nos resultados atribuída		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para prémios não adquiridos		-	-
Provisão para riscos em curso		-	-
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		-	-
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-
Valorizados ao custo amortizado		-	-
Outros passivos financeiros	2 f), 24	4 066 143	3 128 039
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		2 962 468	3 128 039
Outros		1 103 675	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2 l), 25	12 625 090	11 181 386
Contas a pagar por operações de seguro direto		4 138 637	4 832 051
Contas a pagar por operações de resseguro		8 291 704	6 324 372
Contas a pagar por outras operações		194 749	24 963
Passivos por impostos e taxas	2 m), 22	2 187 400	2 386 114
Passivos por impostos (e taxas) correntes		2 187 400	2 237 131
Passivos por impostos diferidos		-	148 983
Acréscimos e diferimentos	2 s), 23	3 222 764	2 827 060
Outras provisões		-	-
Outros elementos do passivo		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
TOTAL PASSIVO		99 826 501	88 459 025
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	2 h), 26	7 500 000	7 500 000
Dividendo Antecipado		-	-
Outros instrumentos de Capital		-	-
Reservas de reavaliação	2 j), 26	(6 603 785)	615 498
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		(6 603 785)	615 498
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	2 k), 26	1 769 814	(163 107)
Outras reservas	2 i), 26	16 388 766	14 617 119
Reserva legal		7 088 766	5 317 119
Reserva estatutária		-	-
Prémios de emissão		9 300 000	9 300 000
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		-	-
Resultado do exercício		20 278 589	17 716 475
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		39 333 385	40 285 985
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		139 159 886	128 745 010

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAValiaÇÃO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO 2021	2 H), 26	7 500 000	615 498	(163 107)	14 617 119	-	17 716 475	40 285 985
Aplicação de resultados	2 i), 26	-	-	-	1 771 647	-	(1 771 647)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(15 944 827)	(15 944 827)
Outro rendimento integral								
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 26	-	(7 219 283)	-	-	-	-	(7 219 283)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	2 k), 26	-	-	1 932 921	-	-	-	1 932 921
Total da variação do Capital Próprio		-	(7 219 283)	1 932 921	1 771 647	-	(17 716 475)	(21 231 189)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	20 278 589	20 278 589
Capital próprio em 31 de Dezembro 2022		7 500 000	(6 603 785)	1 769 814	16 388 766	-	20 278 589	39 333 385

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAValiaÇÃO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO 2020	2 H), 26	7 500 000	1 535 507	(399 232)	13 139 525	-	14 775 934	36 551 734
Aplicação de resultados	2 i), 26	-	-	-	1 477 593	-	(1 477 593)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(13 298 341)	(13 298 341)
Outro rendimento integral:								
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 26	-	(920 009)	-	-	-	-	(920 009)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	2 k), 26	-	-	236 125	-	-	-	236 125
Total da variação do Capital Próprio		-	(920 009)	236 125	1 477 593	-	(14 775 934)	(13 982 225)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	17 716 475	17 716 475
Capital próprio em 31 de Dezembro 2021		7 500 000	615 498	(163 107)	14 617 119	-	17 716 475	40 285 985

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	NOTAS	2022	2021
Resultado líquido do exercício		20 278 589	17 716 475
Outro rendimento integral do exercício			
Ativos que reclassificam por resultados			
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 26	(7 219 283)	(920 009)
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	2 k), 26	1 932 921	236 125
Rendimento integral total do exercício		14 992 227	17 032 591

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Operações de seguro		
Prêmios de seguro direto	122 285 904	110 119 355
Custos com sinistros de seguro direto	(12 610 204)	(15 944 894)
Comissões por intermediação de seguros	(51 678 920)	(43 647 324)
Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos)	(5 950 393)	(4 651 852)
Outros fluxos de caixa		
Pagamentos a fornecedores	(9 879 550)	(10 608 704)
Pagamentos ao pessoal	(2 145 905)	(1 665 397)
Pagamentos ao Estado e outros entes públicos	(12 399 013)	(10 021 043)
Outros fluxos de caixas operacionais	625 566	449 166
Total	28 247 486	24 029 305
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos financeiros		
Aquisições	(28 863 147)	(18 043 772)
Vendas	-	1 665 900
Amortizações de capital	10 390 000	6 890 000
Rendimentos de títulos	1 262 402	1 392 985
Outros investimentos		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(805 315)	(110 373)
Total	(18 016 059)	(8 205 259)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	(15 944 827)	(24 012 360)
Total	(15 944 827)	(24 012 360)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(5 713 401)	(8 188 314)
Caixa e Equivalentes e Depósitos no início do período	8 153 985	16 342 299
Caixa e Equivalentes e Depósitos no final do período	2 440 584	8 153 985

Notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras

(Montantes em Euros, exceto quando expressamente indicado)

1. Informações gerais

A Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo vida, tendo obtido as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada por Instituto de Seguros de Portugal ou ISP). Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a invalidez da pessoa segura.

Conforme indicado na Nota 26, a Companhia é detida pela Aegon Spain Holding B.V. e pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. e, consequentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões dos Grupos em que se insere (Grupo Aegon e Grupo Santander).

No âmbito da constituição da Companhia, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. realizou entradas no montante total de 16.800.000 Euros, incluindo o capital social da Companhia no montante de 7.500.000 Euros, representado por sete milhões e quinhentas mil ações com o valor nominal de 1 Euro cada, e o prémio de emissão no montante de 9.300.000 Euros.

Após a constituição, com referência à data de 31 de dezembro de 2014, o acionista único transferiu para a Companhia uma carteira de seguros vida risco correspondente às apólices de seguros vida risco individual da Santander Totta Seguros subscritas a partir de 1 de julho de 2012, através da rede de distribuição do Banco Santander Totta, S.A. em Portugal, bem como os respetivos ativos e passivos associados.

Posteriormente à transferência de carteira, mas previamente ao efetivo início de desenvolvimento da atividade por parte da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social e direitos de voto da Companhia.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual este Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da Companhia até 31 de dezembro de 2039.

Em outubro de 2019, concretizou-se a incorporação do ramo de atividade adquirido à Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. no final de 2018, composto por apólices de seguro do ramo vida risco, originalmente comercializadas pela ex-Eurovida, Companhia de Seguros de Vida, S.A., juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o oitavo exercício de atividade operacional da Companhia, iniciado em 1 de janeiro de 2022.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023.

2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábilísticas adotadas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registros contábilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contábilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contábilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contábilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

Normas contábilísticas e interpretações recentemente emitidas

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2022

- IFRS 16 (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 - 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. Esta alteração à norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contábilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos - custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contábilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contábilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Melhorias às normas 2018 - 2020. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, que a União Europeia já endossou:

- IAS 1 (alteração), 'Divulgação de políticas contábilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contábilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contábilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações

financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contábilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contábilísticas. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 8 (alteração), ‘Divulgação de estimativas contábilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contábilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contábilísticas. As estimativas contábilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contábilística. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 17 (nova e alteração), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Todos os contratos/produtos comercializados pela Companhia são abrangidos pelo âmbito do IFRS 17. Para efeitos de transição, os contratos de seguro serão mensurados de acordo com a abordagem retrospectiva modificada e contabilizados de acordo com o (i) modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ou (ii) a abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”), dependendo da fronteira contratual dos mesmos. A Administração não perspetiva, tendo por base o trabalho de implementação realizado até à data, impactos significativos, à data de transição, no capital próprio da Companhia, expectando que estes estejam essencialmente relacionados com o ajustamento de risco associado a contratos de duração superior a 1 ano.
- IFRS 17 (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfaseamentos contábilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação

comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. As referidas alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, encontrando-se o principal efeito associado ao registo da Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas.

- IAS 12 (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- IAS 1 (alteração), 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 16 (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15,

com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Tendo em consideração que a Companhia comercializa apenas contratos de seguro Vida Risco, este constitui o seu único segmento.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,50%
- Máquinas e ferramentas 20,00%
- Equipamento informático 33,33%
- Material de transporte 25,00%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia registou ainda nesta rubrica os valores das carteira de seguros vida risco transferidas da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 2014 e 2019, os quais serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- **Investimentos em filiais**
São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em empresas filiais são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em filiais.
- **Investimentos em associadas**
São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em associadas estão reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como rendimentos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas associadas. Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em associadas.

- **Empreendimentos conjuntos**
São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões equiparáveis. Atualmente a Companhia apenas detém uma participação de 100 Euros na Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE).
- **Ativos financeiros detidos para negociação**
Estes são adquiridos com o principal objetivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística. Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.
- **Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas**
Esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados. Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.
- **Ativos disponíveis para venda**
Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) quando não se enquadrem noutras categorias existentes.
- **Investimentos a deter até à maturidade**
São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da mesma têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda. Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.
- **Empréstimos concedidos e contas a receber**
Inclui ativos financeiros, exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação. Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos

de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, em que estes custos são registados diretamente em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas no Capital Próprio (Reserva de Reavaliação), até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo), (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registadas na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza. As ações, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de ações e os *exchange traded funds* são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transação médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário. Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adotado o último preço de transação efetuado nesse mercado, na data a que se reporta a valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respetivo valor patrimonial.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transação, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, exceto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transações, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com ativos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do *Bloomberg Generic Price* (BGN), formado na data e divulgado até ao momento de referência da valorização, pela Bloomberg. Caso não exista um preço BGN, o

preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são também permitidas.

Até à presente data, a Companhia não usou esta opção.

v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontram em imparidade. No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- a) Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respetivo custo e,
- b) Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição do critério de imparidade, utilizado pela Companhia, teve por base o normativo contabilístico em vigor (base IFRS) e as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS, visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição (amortizado pela taxa efetiva, no caso de títulos de

dívida) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. No caso de um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o respetivo reconhecimento, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Ajustamentos de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são refletidos na rubrica "Contas a receber por operações de seguro direto".

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provisional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

e) Outros ativos financeiros – derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor e as respetivas variações reconhecidas em resultados.

Em alternativa, são reconhecidos respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ou como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, inexistência de mercado ativo, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os fatores de volatilidade.

Atualmente a Companhia não possui ativos com derivados embutidos ou instrumentos financeiros derivados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

h) Capital social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

j) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

k) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

l) Contratos de seguro e contratos de investimento

Os contratos de seguro são contratos segundo os quais a Seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso

de um acontecimento futuro incerto que a afete de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4 (Seguros de Vida).

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados). Se os contratos de investimento forem puros enquadram-se no âmbito da IAS 39, se atribuírem uma participação discricionária enquadram-se no âmbito da IFRS 4 (Produtos de capitalização com taxas garantidas e com participação nos resultados).

A Companhia apenas comercializa contratos de Seguros de Vida.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados como se segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (Banco Santander Totta, S.A.), pela angariação de contratos de seguro.

Para além do Banco Santander Totta, S.A., a Companhia incorre igualmente em custos de aquisição com outros mediadores, angariadores originais de parte da atividade transferida da ex-Eurovida e incorporada em 2019.

Estas remunerações são registadas como custo no exercício a que respeitam.

Provisão matemática

A provisão matemática do Ramo Vida corresponde à diferença entre os valores atuais das responsabilidades da Companhia e os valores atuais das responsabilidades dos tomadores de seguro, relativamente às apólices emitidas, sendo calculada com base em métodos atuariais reconhecidos e em conformidade com as notas técnicas aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para cada uma das modalidades.

As tábuas de mortalidade utilizadas variam entre a GKM80 e a GKM95, com taxas técnicas entre os 0% e os 4%, dependendo da tipologia do produto.

A Companhia, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, procede à *zillmerização* das provisões matemáticas calculadas para cada contrato até ao limite de 85% dos encargos de aquisição próprios do contrato e ainda não amortizados.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR). A Companhia tem ainda em consideração o montante necessário para fazer face à gestão de sinistros.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e que correspondem à parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro de vida.

Contas a receber e a pagar de contratos de seguro e de contratos de investimento

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro e de investimento são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na alínea d).

Contas a receber e a pagar por operações de resseguro

A Companhia no decurso normal da sua atividade cede negócio aos Resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro Cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio.

Os impostos diferidos registados no Capital Próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada

jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

Plano de benefícios pós emprego

Em 2 de dezembro de 2020, as seguradoras Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) atualmente em vigor e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado nacional e sindicatos representativos da classe profissional (STAS, SISEP e SINAPSA), a 6 de abril de 2020. De acordo com o n.º 1 da cláusula 52ª do ACT, “Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa”.

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto no n.º 1 do Anexo VII do ACT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo da cláusula 44ª do ACT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

Benefícios de saúde

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de assistência médica.

Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Bónus de desempenho

A política de remuneração dos Colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia.

Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos Colaboradores são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica “Acréscimos e diferimentos” no passivo da Demonstração da posição financeira.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor atual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não são possíveis evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é aquela que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada, sendo classificada, conjuntamente com o ativo, na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

q) Transações em moeda estrangeira

As conversões para Euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para Euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

r) Ativos sob direito de uso e passivos de locação

Com a entrada em vigor da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, a qual introduziu alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação, a Companhia passou a ter de reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de "direito de uso".

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato. O passivo deverá ser remensurado sempre que existirem alterações no contrato de locação que assim o justifiquem.

O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de

valor inferior a 5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

s) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

t) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), sendo a sua venda altamente provável.

Previamente à classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Posteriormente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Companhia, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas utilizadas são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística com a designação de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos Vida tradicionais são determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, aplicáveis a cada uma das coberturas.

Os pressupostos utilizados baseiam-se na experiência da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem as seguintes categorias: (i) provisão matemática, (ii) provisão para participação nos resultados (apenas de resseguro cedido), e (iii) provisão para sinistros.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estime pagar é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro, avaliando periodicamente as suas responsabilidades, tendo em consideração as coberturas de resseguro respetivas previstas nos tratados celebrados.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais.

Poderá existir ainda uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na provisão IBNR.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas) e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda nomeadamente para os de rendimento variável (ações e unidades de participação), quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Atualmente a Companhia não detém ações ou unidades de participação classificadas como disponíveis para venda.

Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

d) Imparidade de ativos intangíveis

A Companhia efetua uma análise de indicadores de imparidade dos ativos intangíveis, tendo por base a estimativa do valor atual dos fluxos de caixa esperados associados a cada ativo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade por reconhecer, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

e) Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Reporte por segmentos

Os contratos comercializados pela Companhia são exclusivamente contratos de seguro que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte, invalidez, incluindo outras coberturas complementares.

Nesta base, Vida Risco constitui o seu único segmento, cujos resultados encontram-se apresentados na Conta de Ganhos e Perdas, sob o título “Técnica Vida”.

Os ativos e passivos são desagregados como segue:

	2022			2021		
	VIDA RISCO	NÃO ALOCADOS	TOTAL	VIDA RISCO	NÃO ALOCADOS	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	2 440 584	2 440 584	-	8 153 985	8 153 985
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	100	100	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	91 933 057	-	91 933 057	81 485 753	-	81 485 753
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	1 093 460	1 093 460	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	612 219	612 219	-	296 937	296 937
Outros ativos intangíveis	6 091 859	398 476	6 490 335	7 232 890	626 886	7 859 776
Provisões técnicas de resseguro cedido	30 665 630	-	30 665 630	27 362 171	-	27 362 171
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 573 553	1 379 316	3 952 868	2 482 609	1 021 638	3 504 247
Ativos por impostos e taxas	-	1 774 903	1 774 903	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	154 749	154 749	-	48 931	48 931
Outros elementos do ativo	-	41 981	41 981	-	33 110	33 110
Total de Ativos	131 264 098	7 895 787	139 159 886	118 563 423	10 181 587	128 745 010
Provisões técnicas	77 725 103	-	77 725 103	68 936 427	-	68 936 427
Outros passivos financeiros	4 066 143	-	4 066 143	3 128 039	-	3 128 039
Outros passivos	12 430 341	5 604 914	18 035 255	11 156 423	5 238 136	16 394 559
Total de Passivos	94 221 587	5 604 914	99 826 501	83 220 889	5 238 136	88 459 025

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	EUROS	
	2022	2021
Prémios brutos emitidos	119 821 584	107 316 249
Prémios de resseguro cedido	(24 308 098)	(21 467 922)
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	95 513 486	85 848 327

Alguns indicadores relativos aos Seguros de Vida podem ser analisados como se segue:

	EUROS			
	2022		2021	
Prémios brutos emitidos de seguro direto	119 821 584		107 316 249	
Relativos a contratos individuais	107 833 573		96 395 122	
Relativos a contratos de grupo	11 988 011	119 821 584	10 921 127	107 316 249
Periódicos	77 941 547		75 277 938	
Não periódicos	41 880 037	119 821 584	32 038 311	107 316 249
De contratos sem participação nos resultados	118 124 648		105 444 236	
De contratos com participação nos resultados	1 696 936	119 821 584	1 872 013	107 316 249
Prémios de resseguro aceite	-		-	
Prémios de resseguro cedido	(24 308 098)		(21 467 922)	
Saldo de resseguro	(4 121 753)		(4 783 394)	

Os prémios de seguro encontram-se calculados em conformidade com as bases técnicas das respetivas modalidades. Anualmente, a Companhia procede à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas, verificando a adequação dos prémios praticados, de forma a garantir os compromissos assumidos decorrentes dos sinistros associados aos contratos em causa.

6. Custos com sinistros líquidos de resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	EUROS	
	2022	2021
Seguro direto	17 724 720	17 070 322
Montantes pagos		
Prestações	12 932 986	15 479 709
Custos de gestão de sinistros imputados (Nota 11)	510 540	354 365
Provisão para sinistros (variação)	4 281 195	1 236 248
Resseguro cedido	(9 137 966)	(8 686 270)
Montantes pagos	(7 238 198)	(8 019 167)
Provisão para sinistros (variação)	(1 899 768)	(667 103)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	8 586 755	8 384 052

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional, calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2022	2021	NOTAS
Rácio de sinistralidade	14,8%	15,9%	Custos com sinistros de seguro direto / Prémios brutos emitidos
Rácio de despesa	53,1%	55,8%	Custos e gastos de exploração / Prémios brutos emitidos
Rácio combinado	67,9%	71,7%	Rácio de sinistralidade + Rácio de despesa
Rácio financeiro	0,4%	0,4%	Rendimentos líquidos de gastos de investimentos / Prémios brutos emitidos
Rácio operacional	67,5%	71,3%	Rácio combinado - Rácio financeiro

7. Provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro

A rubrica provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 20.

8. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

	EUROS	
	2022	2021
Custos de aquisição	56 238 677	50 959 772
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	2 350 897	2 577 094
Custos de aquisição diferidos	(2 595 592)	(361 924)
Gastos administrativos imputados (Nota 11)	7 588 013	6 721 429
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(12 956 133)	(11 409 303)
Custos de exploração, líquidos de resseguro	50 625 862	48 487 068

Os custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros e a custos com investimentos. Ver Nota 11.

Os custos de aquisição incluem o montante de 50,9 milhões de Euros (2021: 44,7 milhões de Euros) relativos a comissões atribuíveis ao Banco Santander Totta, S.A., no âmbito da sua atividade de mediador da Companhia. Ver Nota 27.

Em 2022, os custos de aquisição refletem ainda iniciativas desenvolvidas no âmbito de processos comerciais e de contratação, com vista à obtenção de maior digitalização e maior facilidade/eficiência interna e externa à Companhia.

A rubrica de Comissões e participação nos resultados de resseguro, inclui o montante de 7,4 milhões de Euros (2021: 5,9 milhões de Euros) relativo à componente de participação nos resultados. Ver Nota 20.

9. Rendimentos

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros decompõem-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2022	2021
DE JUROS DE ATIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR POR VIA DE GANHOS E PERDAS		
Ativos disponíveis para venda		
Juros	1 178 159	1 246 311
Total	1 178 159	1 246 311

10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros é analisada como segue:

	EUROS	
	2022	2021
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Custo amortizado pela taxa efectiva	722 378	827 267
Outros		
Gastos imputados à função investimentos (Nota 11)	20 202	19 806
Total	742 579	847 073

11. Custos por natureza imputados

Os gastos por natureza são imputados por função como se segue:

	EUROS	
	2022	2021
Gastos por função		
Custos com sinistros (Nota 6)	510 540	354 365
Custos de aquisição (Nota 8)	2 350 897	2 577 094
Custos administrativos (Nota 8)	7 588 013	6 721 429
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	20 202	19 806
Total	10 469 651	9 672 694

Apresenta-se a seguir a desagregação dos gastos por natureza:

	EUROS	
	2022	2021
Gastos por natureza		
Gastos com o pessoal	3 138 886	2 710 045
Fornecimentos e serviços externos	4 922 616	4 561 947
Impostos e taxas	57 594	51 592
Depreciações e amortizações do exercício	1 937 579	1 971 918
Juros	21 648	1 493
Comissões	391 328	375 699
Total	10 469 651	9 672 694

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2022	2021
Remunerações		
Dos órgãos sociais	189 766	191 625
Do pessoal	2 223 743	1 871 302
Encargos sobre remunerações	425 399	362 729
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	35 622	33 202
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	9 204	9 171
Seguros	148 179	113 392
Outros gastos com pessoal	106 973	128 625
Total	3 138 886	2 710 045

A remuneração dos Órgãos Sociais, encontra-se detalhada no quadro que se segue:

	EUROS	
	2022	2021
Remunerações		
Conselho Fiscal		
Presidente	21 321	18 540
Vogal	11 730	10 200
Vogal	11 730	10 200
Conselho de Administração		
Administrador Delegado *	87 341	86 385
Conselho de Administração		
Remunerações variáveis **	57 644	66 300
Total	189 766	191 625

* inclui estimativas de custos com férias e subsídio de férias, não liquidados no ano em que os custos foram incorridos

** apenas Administrador Delegado

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, partilhando estruturas com a Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A. tem ao seu serviço 82 colaboradores, incluindo o Administrador Delegado, (2021: 76).

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

	EUROS	
	2022	2021
Material de escritório	69 082	36 016
Conservação e reparação	73 703	9 463
Comunicação	386 308	331 023
Deslocações e estadas	117 546	19 836
Trabalhos especializados	4 089 134	3 934 481
Quotizações (da atividade)	18 526	11 689
Outros fornecimentos e serviços	168 316	219 439
Total	4 922 616	4 561 947

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 91 milhares de Euros (2021: 85 milhares de Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de 61 milhares de Euros (2021: 57 milhares de Euros)) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de 30 milhares de Euros (2021: 28 milhares de Euros)).

A rubrica de trabalhos especializados inclui ainda o montante de 1,7 milhões de Euros relacionado com serviços informáticos e de tecnologia (2021: 1,7 milhões de Euros), bem como 877 milhares de Euros (2021: 576 milhares de Euros) relativos a gastos de consultoria associados a projetos de natureza atuarial, comercial e de implementação da nova norma contabilística IFRS 17.

Esta rubrica inclui ainda custos incorridos relativos a serviços de suporte à exploração e administrativos, contratados à Aegon Agrupación de Interés Económico, no montante de 595 milhares de Euros (2021: 596 milhares de Euros), (Ver Nota 27), bem como outros gastos de serviços de *outsourcing*.

As depreciações e amortizações do exercício são analisadas como segue:

	EUROS	
	2022	2021
Terrenos e Edifícios	78 104	-
Ativos tangíveis	161 037	111 626
Ativos intangíveis	1 698 438	1 860 292
Total	1 937 579	1 971 918

Ver Nota 17, Nota 18 e Nota 19.

12. Benefícios a empregados

Nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo para a atividade seguradora, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho.

Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos Colaboradores que cumprem a regra acima referida.

O plano de pensões (plano individual de reforma – PIR) é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2022 ascendeu a 36 milhares de Euros (2021: 33 milhares de Euros).

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2, alínea n), ao abrigo do ACT, a cláusula 42ª contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2022 ascendeu a 9 milhares de Euros (2021: 9 milhares de Euros).

Benefícios de curto prazo

Ver Nota 11.

13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda registados em 2021 correspondem a valias obtidas na alienação de títulos. Em 2022 a companhia não registou qualquer alienação de títulos.

14. Outros rendimentos/gastos

O montante registado em 31 de dezembro de 2022 na rubrica de Outros rendimentos/gastos corresponde essencialmente a proveitos relativos à prestação de serviços administrativos à Santander Totta Seguros, S.A. Ver Nota 27.

15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como se segue:

	2022	2021
Caixa e seus equivalentes	-	-
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	2 440 584	8 153 985
Total	2 440 584	8 153 985

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da Companhia junto do Banco Santander Totta, S.A.

16. Ativos disponíveis para venda

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda desagregam-se da seguinte forma:

EUROS

	CUSTO AMORTIZADO	VARIAÇÃO NO JUSTO VALOR		JUSTO VALOR	JURO DECORRIDO	VALOR DE BALANÇO
		POSITIVA	NEGATIVA			
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	44 556 069	8 219	(1 968 657)	42 595 630	367 025	42 962 655
De outros emissores públicos	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	53 336 111	-	(4 643 346)	48 692 765	277 637	48 970 402
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	97 892 180	8 219	(6 612 004)	91 288 395	644 662	91 933 057

EUROS

	CUSTO AMORTIZADO	VARIAÇÃO NO JUSTO VALOR		JUSTO VALOR	JURO DECORRIDO	VALOR DE BALANÇO
		POSITIVA	NEGATIVA			
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	28 053 386	620 861	(17 909)	28 656 338	313 538	28 969 876
De outros emissores públicos	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	52 193 344	279 035	(266 489)	52 205 890	309 987	52 515 877
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	80 246 730	899 896	(284 398)	80 862 228	623 525	81 485 753

17. Terrenos e Edifícios

Em 1 de Setembro de 2022, a Companhia assinou um contrato de arrendamento relativo aos seus novos escritórios. De acordo com o IFRS16, a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso de imóveis e um passivo de locação na data de início da locação.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 é analisado como se segue:

EUROS

TERRENOS E EDIFÍCIOS	2022	2021
Ativo sob direito de uso - Edifício	1 171 565	-
Depreciações do Exercício	(78 104)	-
Total	1 093 460	-

Adicionalmente, ver nota 24.

18. Outros ativos tangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como se segue:

EUROS

	2022	2021
Equipamento informático	265 620	158 455
Material de transporte	369 574	369 574
Mobiliário	369 154	-
	1 004 348	528 029
Depreciações acumuladas	(392 129)	(231 092)
Total	612 219	296 937

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2022 e 2021 são analisados como se segue:

EUROS				
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	DEPRECIAÇÕES	VALOR DE BALANÇO
Outros ativos tangíveis				
Equipamento informático	56 296	107 164	(46 067)	117 393
Material de transporte	240 641	-	(92 394)	148 248
Mobiliário	-	369 154	(22 576)	346 577
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	296 937	476 318	(161 037)	612 219

EUROS				
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	DEPRECIAÇÕES	VALOR DE BALANÇO
Outros ativos tangíveis				
Equipamento informático	37 540	45 383	(26 627)	56 296
Material de transporte	260 650	64 990	(84 999)	240 641
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	298 190	110 373	(111 626)	296 937

Considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2022 e 2021 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

19. Outros ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como se segue:

EUROS		
	2022	2021
Transferência da carteira vida risco	9 300 000	9 300 000
Transferência da carteira comercializada pela Ex-Eurovida	6 336 096	6 336 096
Despesas com aplicações informáticas	5 034 812	4 705 815
	20 670 908	20 341 911
Amortizações acumuladas	(14 180 573)	(12 482 135)
Total	6 490 335	7 859 776

Os movimentos ocorridos durante os anos de 2022 e 2021 são analisados como se segue:

EUROS				
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	AMORTIZAÇÕES	VALOR DE BALANÇO
Outros ativos intangíveis				
Transferência da carteira vida risco	2 578 396	-	(530 207)	2 048 189
Transferência da carteira comercializada pela Ex-Eurovida	4 654 494	-	(610 824)	4 043 670
Despesas com aplicações informáticas	626 886	328 997	(557 407)	398 476
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	7 859 776	328 997	(1 698 438)	6 490 335

EUROS				
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	AMORTIZAÇÕES	VALOR DE BALANÇO
Outros ativos intangíveis				
Transferência da carteira vida risco	3 172 149	-	(593 753)	2 578 396
Transferência da carteira comercializada pela Ex-Eurovida	5 347 665	-	(693 172)	4 654 494
Despesas com aplicações informáticas	1 200 253	-	(573 367)	626 886
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	9 720 068	-	(1 860 292)	7 859 776

O saldo da rubrica "Transferência da carteira vida risco" corresponde ao preço final da transmissão da carteira de seguros vida risco anteriormente detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., conforme descrito na Nota 1. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada pela Ernst & Young Servicios Corporativos, S.L., com referência a 30

de novembro de 2014, de acordo com o método *Traditional Embedded Value* (*value of the in force business*), utilizando uma taxa de desconto de 13,5%.

No final de 2018, a Companhia celebrou com a Santander Totta Seguros, S.A. um contrato através do qual adquiriu um ramo de atividade constituído por uma carteira de apólices de seguros de vida originalmente comercializadas pela Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, pelo montante total de 7,8 milhões de Euros. Para efeitos de definição do preço de transferência, foi utilizado o método *cash flows* futuros descontados, utilizando uma taxa de desconto de 11,5%. Os *cash flows* futuros foram projetados até ao término de cada apólice, considerando uma taxa de anulação adequada ao *portfolio*.

O preço final acordado para a transferência foi posteriormente ajustado para 6,3 milhões de Euros, tendo em conta as cláusulas de ajustamento de preço previstas no referido contrato.

Para além dos ativos e passivos identificados no contrato de transferência a Companhia identifica ainda como um ativo intangível adquirido o “value of business acquired” (VOBA) relativo à carteira de seguros que faz parte integrante do negócio. O VOBA da referida carteira de seguros ascende a 6,3 milhões de Euros e pretende refletir o valor estimado dos benefícios económicos futuros que serão gerados pelas apólices que constituem a referida carteira.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma análise a indicadores de imparidade destes ativos. Esta análise incluiu entre outros aspetos a comparação dos principais pressupostos incluídos na avaliação que definiram os preços de transferência com a atual evolução das carteiras nos períodos decorridos, em particular (i) comportamento de anulação dos contratos; (ii) evolução da sinistralidade; e (iii) rentabilidade efetivas das carteiras. Adicionalmente, foram considerados a existência de fatores externos e internos que possam afetar os *cash flows* futuros. Esta análise permitiu concluir sobre a inexistência de indicadores de imparidade.

Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que a referida carteira gere benefícios económicos para a Companhia. O saldo remanescente será amortizado como segue:

EUROS						
AMORTIZAÇÃO ESTIMADA	2023	2024	2025	2026	2027	APÓS
Transferência da carteira vida risco	490 000	460 000	324 000	229 000	161 000	384 000
Transferência da carteira comercializada pela Ex-Eurovida	540 000	479 000	424 000	372 000	334 000	1 895 000

As Despesas com aplicações informáticas correspondem ao custo de aquisição do *software* em uso e que permite à Companhia exercer a sua atividade, o qual é amortizado a partir da entrada em funcionamento de cada módulo e ao longo da vida útil estimada de cada aplicação.

Para os restantes ativos, considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos intangíveis detidos.

20. Provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	2022	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	2021
Provisão matemática do Ramo Vida	53 436 014	(14 736 084)	38 699 930	48 570 041	(15 037 965)	33 532 077
Provisão para sinistros	22 952 428	(8 445 289)	14 507 139	18 671 233	(6 545 522)	12 125 711
Provisão para participação nos resultados	1 336 661	(7 484 257)	(6 147 596)	1 695 153	(5 778 685)	(4 083 531)
Total de provisões técnicas	77 725 103	(30 665 630)	47 059 473	68 936 427	(27 362 171)	41 574 257

EUROS

Tal como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia procede à *zillmerização* das provisões matemáticas em linha com o normativo emitido pela ASF. As provisões matemáticas de seguro direto e resseguro cedido desagregam-se como segue:

	PROVISÃO NÃO ZILMERIZADA	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	2022	PROVISÃO NÃO ZILMERIZADA	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	2021
Seguro direto	82 533 314	(29 097 297)	53 436 017	75 071 747	(26 501 705)	48 570 042
Resseguro cedido	(17 121 821)	2 385 734	(14 736 087)	(17 521 343)	2 483 378	(15 037 965)
Provisão matemática líquida de resseguro	65 411 493	(26 711 563)	38 699 930	57 550 404	(24 018 327)	33 532 077

EUROS

A variação da provisão não *zillmerizada* (seguro direto e resseguro cedido) e custos de aquisição diferidos de seguro direto são registadas nas correspondentes rubricas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido encontra-se incluída na rubrica de Comissões e participação nos resultados de resseguro.

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de 7,7 milhões de Euros (2021: 5,4 milhões de Euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR), assim como para o desenvolvimento de processos de sinistros já reportados (IBNER).

21. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode decompor-se como se segue:

	2022	2021
Contas a receber por operações de seguro direto	2 657 228	2 478 912
Contas a receber por operações de resseguro	127 840	213 865
Contas a receber por outras operações	1 379 316	1 021 638
	4 164 383	3 714 415
Ajustamento de recibos de prémios por cobrar	(211 515)	(210 168)
Total	3 952 868	3 504 247

EUROS

Na rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto encontra-se registado essencialmente o valor de recibos de prémios por cobrar, no montante de 2,7 milhões de Euros (2021: 2,5 milhões de Euros).

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Contas a receber por outras operações, inclui ainda o montante de 1,2 milhões de Euros (2021: 1 milhão de Euros) a receber da Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., relativo a custos com o pessoal,

no âmbito da partilha de estruturas existente e pelo facto de todos os colaboradores terem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com as duas Companhias. Este saldo foi liquidado integralmente em janeiro de 2023. Ver Nota 27.

22. Ativos e passivos por impostos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2022 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, acrescida das taxas de derrama previstas na legislação, aplicável de acordo com o lucro tributável da Companhia.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, no entanto, é convicção do Conselho de Administração, não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são analisados como se segue:

	2022		2021		EUROS
	ATIVOS	PASSIVOS	ATIVOS	PASSIVOS	2021
Impostos correntes					
IRC a pagar	-	1 751 763	-	1 792 123	(1 792 123)
Retenção de imposto na fonte	-	46 178	-	40 340	(40 340)
IVA a pagar	-	16 265	-	7 183	(7 183)
INEM	-	278 429	-	314 004	(314 004)
Taxa para a ASF	-	28 186	-	27 032	(27 032)
Contribuições para a Segurança Social	-	66 580	-	56 449	(56 449)
Total	-	2 187 400	-	2 237 131	(2 237 131)

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2022 e 2021, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados da seguinte forma:

	2021	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	GANHOS E PERDAS	2022	EUROS
Ativos / (passivos) por impostos diferidos					
Reserva de justo valor	(163 107)	1 932 921	-	1 769 814	
Benefícios pós-emprego	14 124	-	(9 036)	5 088	
Total	(148 983)	1 932 921	(9 036)	1 774 903	

	2020	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	GANHOS E PERDAS	2021	EUROS
Ativos / (passivos) por impostos diferidos					
Reserva de justo valor	(399 232)	236 125	-	(163 107)	
Benefícios pós-emprego	12 061	-	2 063	14 124	
Total	(387 171)	236 125	2 063	(148 983)	

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

	2022	2021	EUROS
Resultado antes de impostos	27 768 929	24 231 501	
Gasto de imposto nominal (26,8%)	(7 441 455)	(6 468 663)	
Gasto de imposto efetivo	(7 490 340)	(6 515 027)	
Taxa efetiva de imposto	27,0%	26,9%	
Diferença	(48 884)	(46 364)	
Tributação autónoma	(55 203)	(57 245)	
Benefícios fiscais	13 535	10 510	
Outros	(7 216)	372	
Diferença	(48 884)	(46 364)	

23. Acréscimos e diferimentos

A rubrica acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como se segue:

	EUROS	
	2022	2021
Ativo		
Acréscimos de proveitos	53 189	-
Gastos diferidos	101 560	48 931
Total acréscimos e diferimentos ativos	154 749	48 931
Passivo		
Acréscimos de gastos		
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	(900 608)	(783 228)
Outros acréscimos de gastos	(2 322 157)	(2 043 832)
Total acréscimos e diferimentos passivos	(3 222 764)	(2 827 060)
Total	(3 068 016)	(2 778 129)

A rubrica de Remunerações e respectivos encargos a liquidar inclui os montantes de 316 milhares de Euros (2021: 289 milhares de Euros) relativo a férias e respectivos subsídios vencidos no exercício, bem como 564 milhares Euros (2021: 427 milhares de Euros) de estimativa de bônus.

A rubrica de Outros acréscimos de gastos inclui gastos de aquisição no montante de 1,5 milhões de Euros (2021: 1,3 milhões de Euros), bem como custos de reporte regulatório, consultoria, informática e outros trabalhos especializados no montante de 675 milhares de Euros (2021: 593 milhares de Euros) incorridos e ainda não liquidados.

24. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica diz respeito a depósitos recebidos de resseguradores no âmbito dos tratados de resseguro celebrados pela Companhia e também a Locações, desagregadas da seguinte forma:

OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	2022	2021
Depósitos recebidos de resseguradores	2 962 468	3 128 039
Locações	1 103 675	-
Total	4 066 143	3 128 039

Relativamente ao valor de depósitos recebidos de resseguradores, em 31 de dezembro de 2014 foi transferida para a Companhia a posição contratual da Santander Totta Seguros nos contratos de resseguro com a General Re, Partner Re, Swiss Re e Munich Re, os quais preveem uma retenção calculada numa base trimestral, do valor correspondente à soma da provisão relativa aos prémios cedidos e não adquiridos. Tal retenção vence juros às taxas de 4% e 1% ao ano, considerando o número de dias efetivos reais (ACT/ACT).

Em 31 de dezembro de 2022, essa retenção ascende a 2 milhares de Euros (2021: 27 milhares de Euros).

Em 31 de dezembro de 2022, este saldo inclui ainda as retenções dos restantes tratados de resseguro, no montante de 2,9 milhões de Euros (2021: 3,1 milhões de Euros), as quais não vencem juros.

Em 1 de Setembro de 2022, a Companhia assinou um contrato de arrendamento dos seus novos escritórios. Decorrente acordo com o IFRS16, a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso de imóveis e um passivo de locação na data de início da locação.

O movimento ocorrido nos passivos de locações durante o exercício de 2022 foi o seguinte:

	LOCAÇÕES
Saldo em 31 Dezembro 2021	-
Direito de uso de ativos (IFRS16)	1 171 565
Incremento do período	
Juros	21 502
Decréscimo do período	
Pagamentos	89 392
Saldo em 31 Dezembro 2022	1 103 675

Os valores registados durante o ano são reconhecidos de acordo com os princípios definidos na IFRS 16 – “Locações” (nota 2, r)). Ver adicionalmente a nota 17.

25. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2022	2021
Contas a pagar por operações de seguro direto	4 138 637	4 832 051
Contas a pagar por operações de resseguro	8 291 704	6 324 372
Contas a pagar por outras operações	194 749	24 963
Total	12 625 090	11 181 386

A rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto inclui o montante de 3,8 milhões de Euros (2021: 4,2 milhões de Euros), a pagar ao Banco Santander Totta, S.A. relativo a comissões de mediação de contratos de seguro referentes a Dezembro de 2022, o qual foi integralmente liquidado em janeiro de 2023. Ver Nota 27.

26. Capital, reservas de reavaliação, outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é detido em 51% pela Aegon Spain Holding B.V. e em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., estando representado por 7.500.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

Resultados básicos por ação

Os resultados básicos por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia, e detalham-se do seguinte modo:

	EUROS	
	2022	2021
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	20 278 589	17 716 475
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (denominador)	7 500 000	7 500 000
Total	2,70	2,36

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence aos Acionistas, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, como se segue:

	EUROS	
	2022	2021
Ativos disponíveis para venda		
Variação de justo valor		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	(1 960 439)	602 952
De outros emissores públicos	-	-
De outros emissores	(4 643 346)	12 546
Saldo da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	(6 603 785)	615 498

Ver adicionalmente a Nota 16.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no capital próprio, situação em que são também registados por contrapartida do capital próprio, na rubrica reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados quando forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Ver adicionalmente a Nota 22.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica de outras reservas ascende a 16,4 milhões de Euros (2021: 14,6 milhões de Euros), dos quais 9,3 milhões de Euros (2021: 9,3 milhões de Euros) correspondem ao prémio de emissão (Nota 1) e 7,1 milhões de Euros (2021: 5,3 milhões de Euros) a reserva legal. O referido prémio de emissão é igual ao preço pago pela Companhia pela transferência da carteira de apólices de seguro vida risco.

27. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia comercializa Seguros de Vida exclusivamente através das Agências do Banco Santander Totta, S.A., seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire ainda alguns serviços a empresas dos Grupos Santander e Aegon, designadamente serviços bancários, informáticos e de suporte administrativos e de suporte à exploração (gestão da carteira de investimentos, serviços atuariais, desenvolvimento de negócio, recursos humanos e outros serviços financeiros).

Em 2019, a Companhia celebrou um contrato com a sua acionista Santander Totta Seguros, S.A., através do qual presta serviços de gestão administrativa (entre outros: serviços de gestão financeira, gestão de sinistros e reclamações). Estes serviços cessaram em 2020, mas foram retomados em 2022.

Em 2022, foi concretizada a liquidação financeira de dividendos, relativos a resultados de anos anteriores no montante de 15,9 milhões de Euros.

Adicionalmente, salienta-se que a maioria dos colaboradores possui contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., encontrando-se definida a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. como o empregador que representa as Companhias no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu, em 2022 e 2021, como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

EUROS

	2022			2021		
	PROVEITOS / (CUSTOS)	OUTROS ATIVOS	SALDOS A RECEBER / (A PAGAR)	PROVEITOS / (CUSTOS)	OUTROS ATIVOS	SALDOS A RECEBER / (A PAGAR)
Banco Santander Totta, S.A.						
Comissões de mediação	(50 886 330)	-	(3 764 806)	(44 666 555)	-	(4 233 353)
Depósitos à Ordem	-	2 440 584	-	-	8 153 985	-
Suporte tecnológico	(280 999)	-	-	(218 333)	-	-
Outros	(485 259)	-	-	(516 595)	-	-
Santander Global Technology, S.L.						
Serviços informáticos	(150 228)	-	(150 228)	(150 228)	-	-
Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE)						
Serviços administrativos e de exploração	(594 551)	-	-	(596 211)	-	-
Suporte tecnológico	(26 500)	-	-	(26 500)	-	-
Santander Totta Seguros, S.A.						
Prestação de Serviços	53 188	-	53 188	-	-	-
Outras operações	-	-	(1 725)	-	-	(1 725)
Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A.						
Custos com o pessoal	-	-	1 193 458	-	-	1 018 744
Total	(52 370 679)	2 440 584	(2 670 113)	(46 048 876)	8 153 985	(3 216 334)

28. Gestão de Riscos da Atividade

A Companhia tem implementado um sistema de gestão de riscos que se centra num processo de governação baseado no modelo das três linhas de defesa, no qual estão claramente definidas as responsabilidades pela aceitação, gestão, monitorização e reporte dos riscos, permitindo assim à Companhia cumprir o seu principal objetivo, que passa essencialmente por acrescentar valor ao seu negócio. Assim, a primeira linha de defesa é composta pelas unidades operacionais que assumem os riscos e são responsáveis pela sua gestão numa base diária. A segunda linha de defesa integra as funções de gestão de risco, *compliance* e atuarial, que colaboram com as unidades operacionais na gestão e controlo dos diversos riscos. Por último, a terceira linha de defesa, que tem como objetivo avaliar de forma independente a efetividade do modelo de governo, do sistema de gestão de risco e dos controlos implementados, é assegurada pela função de auditoria interna. Neste âmbito, as principais responsabilidades atribuídas às funções mencionadas anteriormente são:

Função de gestão de risco:

- Coordenar a implementação de um sistema de governação que promova uma tomada de decisão adequada e fundamentada;
- Identificar, mensurar e monitorizar os riscos a que Companhia está exposta, incluindo as interligações entre eles e os riscos potenciais e emergentes;
- Promover a definição do apetite ao risco e tolerância e monitorizar o seu cumprimento;
- Produzir orientações para o desenvolvimento das estratégias e processos para identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte dos riscos da Companhia;
- Implementar e monitorizar o cumprimento de diversas políticas de risco;

- Produzir relatórios quantitativos e qualitativos de análise de risco, internos e externos, incluindo o relatório do exercício ORSA.

Função atuarial:

- Emitir parecer, dirigido ao Órgão de Administração, sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro;
- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo;
- Assegurar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial, no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

Função de verificação do cumprimento (*compliance*):

- Exercer assessoria ao Órgão de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis;
- Avaliar o potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade das Companhias;
- Identificar e avaliar o risco de incumprimento legal;
- Apoiar e acompanhar ações de auditoria externa e interna e efetuar e acompanhar as correções relativas a não conformidades;
- Promover e coordenar o processo de prevenção de branqueamento de capitais, assegurando o cumprimento da legislação;
- Assegurar o cumprimento das regras de conduta de mercado e dos normativos aplicáveis nesta matéria.

Função de auditoria interna:

- Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- Elaborar e apresentar ao Órgão de Administração um relatório com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria, que identifique as recomendações que foram seguidas.

No exercício da sua atividade, a Aegon Santander Portugal Vida identificou os seguintes riscos como aqueles aos quais poderá estar exposta:

A. Risco específico de seguro

Definido como o risco inerente à comercialização dos contratos de seguro, o risco específico de seguros reflete o facto de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza os custos reais efetivos que a Companhia terá que incorrer, por forma a assegurar o cumprimento integral de todas as responsabilidades assumidas, nem o momento em que estes ocorrerão. Estes riscos

estão, principalmente, associados aos processos de desenho e tarifação de produtos, de subscrição, de provisionamento, de gestão de sinistros e de resseguro. Da análise ao perfil de risco da Companhia, identificaram-se os seguintes riscos específicos de seguros: mortalidade, invalidez, despesas, descontinuidade, catastrófico e riscos de natureza não vida.

O risco de mortalidade, que é originado por um aumento da taxa de mortalidade, tem impacto em contratos de seguros que garantem capitais em caso de morte. Assim, com base na observação dos dados de carteira e de mercado, a Companhia efetua estudos de mortalidade que possibilitam definir pressupostos de projeção de *cash-flows* futuros relativos ao comportamento da mortalidade esperada da sua carteira de responsabilidades. As tábuas de mortalidade utilizadas variam entre a GKM80 e a GKM95.

Por sua vez, o risco de invalidez, que representa as perdas associadas a diferenças nas taxas de invalidez reais face às esperadas, é avaliado à semelhança do que é efetuado para o risco de mortalidade, isto é, com base em estudos que visam a revisão regular dos pressupostos de invalidez.

O risco associado a variações nas despesas de gestão é capturado através da análise do risco de despesas. Este risco é monitorizado através do acompanhamento regular da estrutura de custos utilizada em processos de tarifação, projeção de *cash-flows*, etc. e aferido com base na sua comparação com a estrutura de custos reais. São adicionalmente efetuadas análises de sensibilidade, por forma a averiguar o seu impacto no capital da Companhia.

O risco de cessação do pagamento de prémios e de anulação de apólices é capturado no risco de descontinuidade. A Companhia monitoriza a evolução da taxa de anulação de modo a estimar o impacto das anulações no valor da carteira. Adicionalmente são realizadas análises de sensibilidade a variações na taxa de anulação por forma a aferir o nível de exposição a este risco.

Os eventos extremos ou irregulares, cujos efeitos não são suficientemente capturados nos outros riscos específicos de seguro, são incluídos no âmbito do risco catastrófico. Normalmente decorrem de um evento específico com impacto em diversos tomadores de seguros, devido a um acréscimo dos diferentes fatores de risco em resultado de um evento de contágio, por um curto período de tempo.

A última categoria de risco específico de seguros que a Companhia se encontra exposta diz respeito aos riscos relacionados com as coberturas complementares de desemprego e doenças graves.

Estes riscos são geridos com base nas políticas de subscrição, tarifação e desenvolvimento de produtos, resseguro e provisões técnicas.

Assim, a Política de Subscrição pretende assegurar que a Companhia mantém práticas de subscrição consistentes com o perfil de risco definido pelo Órgão de Administração, enquanto a Política de Tarifação e Desenvolvimento de Produtos contempla os controlos definidos para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimentos, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

Para tal, existem procedimentos internos definidos que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos. Estas regras têm por base análises estatísticas efetuadas a vários indicadores da carteira, de forma a estabelecer o melhor preço possível face ao preço do risco. É também considerada a informação disponibilizada pelos resseguradores da Companhia. A adequação da tarifa é testada através de técnicas atuariais de projeção de *cash-flows*, enquanto a rentabilidade de cada produto é monitorizada anualmente.

A Política de Provisões Técnicas tem como principal objetivo assegurar que as provisões técnicas da Companhia representam, a qualquer momento, o valor atual das responsabilidades futuras assumidas por si no decurso da sua atividade.

Como tal, apresenta as regras e controlos necessários ao processo de modo a dotar a Companhia de um nível de provisionamento adequado e suficiente.

Assim, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos. O nível de adequação das estimativas das responsabilidades da atividade da Companhia é revisto anualmente e, caso se verifique um nível de insuficiência, é imediatamente reconhecida uma provisão adicional, por forma a cobrir o valor atual dos *cash-flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões).

Por último, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores selecionados são adequados e que não existe uma excessiva concentração por contraparte, permitindo assim cumprir com o principal objetivo do resseguro, que é limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro.

A Companhia celebra tratados de resseguro por forma a limitar os custos resultantes do aumento da sinistralidade no conjunto da carteira, apesar das exposições individuais estarem dentro dos limites internos definidos. No que diz respeito aos tratados de resseguro que a Companhia dispõe atualmente para mitigação do risco específico de seguro intrínseco ao seu negócio, estes podem ser agrupados em dois conjuntos distintos - os tratados já existentes e os que transitaram na sequência da migração da carteira da Eurovida.

Um tratado de *quota-share* e um *surplus* facultativo cobrem os riscos de morte e invalidez de responsabilidades de seguros relativos às apólices transferidas aquando da constituição da Companhia, isto é, apólices emitidas até 31 de dezembro de 2014. Um tratado *surplus* e um *excess of loss* catastrófico aplica-se às coberturas de morte e invalidez relativas ao novo negócio iniciado a partir de 1 de janeiro de 2015. Os riscos específicos de seguros de não vida que resultam das coberturas complementares de desemprego e doenças graves estão ressegurados através de dois tratados *quotashare*, um por cada tipo de cobertura.

Nos tratados de resseguro que cobrem as responsabilidades migradas da Eurovida incluem-se a cobertura do risco de morte, que se encontra ressegurada por um tratado *surplus*. Existe um tratado de resseguro *quota-share*, na sequência do acordo celebrado com a Scor em 2013, onde a Eurovida cedeu 95% dos riscos de mortalidade e de invalidez. A cobertura de assistência encontra-se ressegurada através de um *quota-share*. Finalmente, a cobertura complementar de doenças graves está ressegurada através de um tratado *quota-share*.

As principais características dos tratados de resseguro estão resumidas na tabela que se segue:

NOME DO TRATADO	TIPO DE TRATADO	RETENÇÃO DA COMPANHIA	LIMITE DO TRATADO
Vida Risco 2014	Proporcional Quota-Share	69%	362 319€ ⁽¹⁾
Vida Risco 2014 Facultativo	Proporcional Surplus Facultativo	362 319€ ⁽¹⁾	2 500 000 €
Vida Risco 2015	Proporcional Surplus	45 000€ ⁽¹⁾	2 000 000 €
Vida Risco CAT	Não proporcional Excess of Loss	135 000 €	10 000 000 €
Desemprego	Proporcional Quota-Share	0%	-
Doenças graves	Proporcional Quota-Share	30%	-
Vida (apólices ex-Eurovida)	Proporcional Surplus	75 000€ ⁽¹⁾	1 000 000 €
Scor (apólices ex-Eurovida)	Proporcional Quota-Share	5%	-
IPA (apólices ex-Eurovida)	Proporcional Quota-Share	0%	-
Doenças graves (apólices ex-Eurovida)	Proporcional Quota-Share	50%	-

⁽¹⁾ por pessoa segura/sinistro

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade aos custos com sinistros líquidos de resseguro referentes às coberturas de mortalidade e de invalidez:

EUROS					
RISCOS (2022)	BASE	SENS +5%	SENS -5%	SENS +5PP	SENS -5PP
Mortalidade	5 039 051	6 053 207	4 024 895	8 175 243	3 768 389
Invalidez	3 196 874	3 840 274	2 553 473	5 186 536	2 390 741

EUROS					
RISCOS (2021)	BASE	SENS +5%	SENS -5%	SENS +5PP	SENS -5PP
Mortalidade	5 311 497	6 386 125	4 991 604	8 692 893	4 991 604
Invalidez	2 731 372	3 283 986	2 566 871	4 470 213	2 566 871

As sensibilidades apresentadas são aplicadas diretamente à tábua de mortalidade, que foi calibrada com base na sinistralidade verificada nas coberturas de morte e invalidez.

B. Risco de mercado

O risco de mercado contempla os riscos decorrentes de variações adversas no valor dos ativos ou passivos relacionados com alterações nos mercados financeiros, em especial pelas variações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro.

Como tal, o conjunto dos riscos de mercado inclui o risco de *spread*, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

A Companhia definiu no âmbito do seu sistema de gestão de riscos uma Política de Investimentos. Esta política rege-se por um elevado grau de prudência, que se traduz em baixos níveis de aceitação de risco máximo e pela exigência de elevados níveis de diversificação. Adicionalmente, refira-se que a Companhia não se encontra exposta ao risco acionista, ao risco imobiliário, ao risco cambial nem aos riscos de derivados.

O Comité de Risco tem como responsabilidade a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco da Companhia. Adicionalmente verifica a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitoriza a atividade relacionada com a sua gestão. Além disso, controla os níveis dos riscos de mercado com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

O justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras foi determinado de acordo com o definido na IFRS 13, em que os ativos financeiros podem ser valorizados ao justo valor segundo os seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os quadros seguintes apresentam a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

EUROS

2022	VALOR DE MERCADO			TOTAL VALOR DE MERCADO	VALOR DE BALANÇO
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	91 933 057	-	-	91 933 057	91 933 057
Total	91 933 057	-	-	91 933 057	91 933 057

EUROS

2021	VALOR DE MERCADO			TOTAL VALOR DE MERCADO	VALOR DE BALANÇO
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	81 485 753	-	-	81 485 753	81 485 753
Total	81 485 753	-	-	81 485 753	81 485 753

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. Todos os ativos e passivos da Companhia são valorizados em euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

Risco acionista

O risco acionista resulta do nível ou volatilidade dos preços de mercado de capitais. De referir que, de acordo com a Política de Investimentos, a Companhia não está exposta a este risco. A Companhia apenas detém uma participação residual valorizada ao custo num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE.

Risco imobiliário

A volatilidade dos preços do mercado imobiliário é capturada através do risco imobiliário. Como referido, a Companhia não se encontra exposta a este tipo de risco.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto a ativos como a passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Analisando os ativos da Companhia, constata-se que este risco se encontra apenas nas obrigações que esta detém, em especial nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis. Enquanto, do lado dos passivos, este risco é residual.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia ao risco de taxa de juro entre 31 de dezembro de 2022 e 2021:

EUROS

	2022		2021	
	VALOR	PROPORÇÃO	VALOR	PROPORÇÃO
Obrigações de taxa fixa	86 489 220	94%	75 467 750	93%
Obrigações de taxa variável	5 443 836	6%	6 018 003	7%
Total	91 933 057	100%	81 485 753	100%

O cenário que poderá implicar uma perda de valor dos ativos financeiros é o de subida das taxas de juro. Este efeito pode ser verificado no quadro seguinte, onde estão apresentadas as sensibilidades dos ativos financeiros disponíveis para venda a alterações nas taxas de juro:

EUROS							
2022	-200 BP	-100 BP	-50 BP	CENÁRIO BASE	+50 BP	+100 BP	+200 BP
Ativos financeiros disponíveis para venda	96 367 231	94 150 144	93 041 600	91 933 057	90 824 513	89 715 970	87 498 883
Impacto	4 434 174	2 217 087	1 108 544	-	(1 108 544)	(2 217 087)	(4 434 174)

EUROS							
2021	-200 BP	-100 BP	-50 BP	CENÁRIO BASE	+50 BP	+100 BP	+200 BP
Ativos financeiros disponíveis para venda	86 501 716	83 993 735	82 739 744	81 485 753	80 231 762	78 977 771	76 469 790
Impacto	5 015 963	2 507 982	1 253 991	-	(1 253 991)	(2 507 982)	(5 015 963)

Risco de *spread*

O risco de *spread* refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os *spreads* de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

Risco de concentração

Este risco surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas. Resulta da volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. Por ser um risco plenamente diversificável, a Companhia definiu limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes na Política de Investimentos por forma a reduzir a sua exposição.

À data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, a carteira de ativos financeiros por setores de atividade apresentava a seguinte composição:

EUROS				
SETOR DE ATIVIDADE	2022		2021	
	VALOR DE BALANÇO	PESO (%)	VALOR DE BALANÇO	PESO (%)
Governamental	41 923 273	45,60%	27 781 084	34,09%
Financeiro	27 204 812	29,59%	27 622 807	33,90%
<i>Utilities</i>	5 737 090	6,24%	4 709 345	5,78%
Consumo, cíclico	3 797 098	4,13%	4 861 038	5,97%
Energia	2 966 740	3,23%	3 477 722	4,27%
Consumo, não cíclico	2 589 753	2,82%	3 130 457	3,84%
Comunicações	2 110 188	2,30%	1 728 957	2,12%
<i>Asset backed securities</i>	1 878 140	2,04%	3 560 164	4,37%
Multinacional	1 182 063	1,29%	1 361 302	1,67%
Tecnologia	955 957	1,04%	1 419 204	1,74%
Industrial	948 844	1,03%	1 072 084	1,32%
Infraestrutura	639 099	0,70%	761 589	0,93%
Total	91 933 057	100,00%	81 485 753	100,00%

C. Risco de liquidez

O risco relativo à possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores, à medida que elas se vençam, traduz-se no risco de liquidez.

Por forma a assegurar um adequado perfil de liquidez dos seus ativos, a Política de Investimentos apresenta um conjunto de requisitos/limites que a carteira de investimentos deve apresentar. A Companhia monitoriza regularmente as suas responsabilidades de tesouraria face aos seus fluxos de entrada de caixa,

ajustando a sua posição de acordo as suas necessidades/excedentes de capital mediante a realização de investimentos.

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentada no seguinte quadro:

EUROS							
2022	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 3 ANOS	DE 3 ANOS A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	SEM MATURIDADE DEFINIDA	TOTAL
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	2 440 584	2 440 584
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 852 286	14 538 614	42 502 667	22 200 353	8 839 137	-	91 933 057
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 952 868	-	-	-	-	-	3 952 868
Total	7 805 154	14 538 614	42 502 667	22 200 353	8 839 137	2 440 684	98 326 609
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Locações	74 389	159 927	462 706	406 653	-	-	1 103 675
Depósitos recebidos de resseguradores	2 962 468	-	-	-	-	-	2 962 468
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	4 138 637	-	-	-	-	-	4 138 637
Contas a pagar por operações de resseguro	8 291 704	-	-	-	-	-	8 291 704
Contas a pagar por outras operações	194 749	-	-	-	-	-	194 749
Total	15 661 947	159 927	462 706	406 653	-	-	16 691 233

EUROS							
2021	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 3 ANOS	DE 3 ANOS A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	SEM MATURIDADE DEFINIDA	TOTAL
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	8 153 985	8 153 985
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 746 605	5 838 082	33 167 280	15 397 745	22 336 040	-	81 485 753
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 504 247	-	-	-	-	-	3 504 247
Total	8 250 851	5 838 082	33 167 280	15 397 745	22 336 040	8 154 085	93 144 084
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	3 128 039	-	-	-	-	-	3 128 039
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	4 832 051	-	-	-	-	-	4 832 051
Contas a pagar por operações de resseguro	6 324 372	-	-	-	-	-	6 324 372
Contas a pagar por outras operações	24 963	-	-	-	-	-	24 963
Total	14 309 424	-	-	-	-	-	14 309 424

Os valores dos depósitos recebidos de resseguradores foram considerados com maturidade até 3 meses, dado que os mesmos são recalculados numa base trimestral. Ver Nota 24.

D. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes.

Analisando as exposições da Companhia, verifica-se que este risco se encontra principalmente na carteira de investimentos, empresas de resseguro e clientes. Como tal, a Companhia tem definidos limites de exposição máxima por emissor e *rating* na sua Política de Investimentos. Em paralelo, na Política de Resseguro da Companhia estão estabelecidos os limites máximos de exposição por resseguradora.

No quadro seguinte é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

EMITENTE	2022		2021	
	VALOR DE BALANÇO	PESO	VALOR DE BALANÇO	PESO
Alemanha	12 505 536	29,83%	1 037 740	3,74%
Portugal	12 436 219	29,66%	12 086 046	43,50%
Holanda	5 953 391	14,20%	6 253 982	22,51%
França	3 289 230	7,85%	-	0,00%
Espanha	2 972 428	7,09%	3 377 463	12,16%
Polónia	2 685 668	6,41%	2 895 010	10,42%
Itália	2 080 801	4,96%	2 130 843	7,67%
	41 923 273	100,00%	27 781 084	100,00%

E. Risco operacional

O risco operacional que resulta da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, pode ser subdividido nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade ou falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

As principais medidas de mitigação do risco operacional existentes na Companhia são:

- Existência de um Código de Conduta;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas;
- Implementação de novos mecanismos de análise da relação e fluxo de informação com entidades subcontratadas, nomeadamente no que respeita a requisitos decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Por forma a assegurar que o sistema de controlo interno apresenta um nível de robustez suficiente para minimizar a ocorrência de perdas financeiras originadas, direta ou indiretamente, pelos riscos atrás mencionados, foram definidos os responsáveis pelos diferentes processos.

Assim, a Companhia dispõe de uma ferramenta que possibilita ao responsável por cada processo reportar, trimestralmente, a informação relevante referente aos controlos operacionais e indicadores de controlo e efetuar a autoavaliação relativamente ao risco que cada atividade representa. Posteriormente, a área de controlo interno analisa a informação reportada, produz relatórios e, caso se

justifique, emite recomendações, que são analisadas com o responsável pelos processos de modo a definir planos de ação, que também são monitorizados.

Adicionalmente, a Companhia mantém um registo de perdas operacionais, no qual são registadas as perdas financeiras mais relevantes, permitindo, desta forma, monitorizar o risco operacional e possibilitando implementar medidas corretivas ou definir novos controlos, que evitem ou reduzam a probabilidade de que tais incidentes ocorrerem no futuro.

Por último, integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal, que engloba, entre outros, o risco que decorre da exposição da Companhia a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão.

Para além das medidas mencionadas anteriormente, a Companhia dispõe das seguintes medidas de mitigação do risco legal:

- Existência/formalização de diversas políticas transversais a toda a Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor;
- Existência de procedimentos formais para a monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita;
- Implementação de mecanismos de monitorização do cumprimento das regras decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados, de modo a mitigar riscos legais e aplicação de coimas;
- Implementação de regras decorrentes do disposto na Diretiva de Distribuição de Seguros.

F. Risco reputacional

O risco reputacional pode ser definido como o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos, mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como dos nomes e marcas que lhe estão associados, sendo a gestão deste risco uma preocupação constante.

Apresentam-se algumas medidas que permitem mitigar este risco:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária/comercial;
- No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor do cliente;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- Implementação de uma política de proteção de dados;
- Implementação de uma política de prevenção de branqueamento de capitais;

- Nomeação de um *Data Protection Officer* como meio de assegurar a conformidade e a proteção dos dados, com destaque para os dados de clientes, incluindo dados sensíveis.

G. Risco estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os diferentes fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade. Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Assim, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração, por forma gerir este risco. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

29. Solvência

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvência robustos, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Durante o decorrer do ano de 2022, a Companhia desenvolveu os diversos processos respeitantes ao regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei nº 147/2015, de 9 de Setembro.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital a 31 de dezembro de 2022.

O rácio de solvência a 31 de dezembro de 2022 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2023.

30. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Anexo I

EUROS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		VALOR DE BALANÇO				
CATEGORIA	DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO (INCLUI JUROS DECORRIDOS)	TOTAL
Títulos nacionais						
Dívida pública						
	PORTUGAL 4,125% 14/04/2027 (9441)	2 600 000	127,23	3 307 980	107,51	2 795 355
	PORTUGAL 1,95% 15/06/2029 (9596)	2 350 000	115,23	2 707 975	94,01	2 209 121
	PORTUGAL 4,95% 25/10/2023 (6756)	2 100 000	123,71	2 597 905	102,63	2 155 327
	PORTUGAL 2,875% 15/10/2025 (9437)	2 000 000	102,03	2 040 500	100,50	2 010 010
	PORTUGAL 2,875% 21/07/2026 (8653)	1 500 000	98,52	1 477 850	101,12	1 516 814
	PORTUGAL 5,65% 15/02/2024 (8210)	1 000 000	107,79	1 077 930	108,03	1 080 289
	PORTUGAL 2,125% 17/10/2028 (10031)	700 000	115,38	807 653	95,61	669 303
Outros emissores						
	METRO DE LISBOA 4.799% 07/12/2027 (6146)	600 000	137,55	825 300	106,52	639 099
Títulos estrangeiros						
Ações						
	PARTICIPACIONES AEGON AIE (6820)	100	100	100	100,0	100
Dívida pública						
	ALEMANIA 0,2% 14/06/2024 (10201)	5 500 000	99,24	5 458 240	96,69	5 317 776
	HOLANDA 1,75% 15/07/2023 (8406)	5 000 000	108,55	5 427 400	100,26	5 012 864
	ALEMANIA 0% 18/10/2024 (10164)	3 600 000	98,60	3 549 544	95,44	3 435 660
	FRANCIA 0% 2/25/2025 (10229)	3 500 000	95,13	3 329 550	93,98	3 289 230
	ALEMANIA 0% 15/08/2026 (10240)	3 000 000	93,16	2 794 678	91,33	2 739 780
	ESPAÑA 2,75% 31/10/2024 (8339)	2 050 000	111,63	2 288 468	100,00	2 050 053
	POLONIA 3,375% 09/07/2024 (7587)	1 780 000	117,06	2 083 685	101,82	1 812 363
	ITALIA 0,65% 15/10/2023 (9181)	1 400 000	99,28	1 389 934	98,47	1 378 587
	CEZCO 4,875 % 16/4/2025 (6642)	1 000 000	121,20	1 212 000	103,94	1 039 382
	ALEMANIA 1,5% 15/02/2023 (8419)	1 000 000	106,87	1 068 700	101,23	1 012 320
	PAISES BAJOS 0,25% 7/15/2025 (10216)	1 000 000	95,15	951 500	94,05	940 528
	ESPAÑA 0,60% 31/10/2029 (9656)	1 100 000	102,91	1 132 010	83,85	922 375
	POLONIA 3% 15/01/2024 (8997)	850 000	114,99	977 432	102,74	873 305
	FLO - ITALIA 0,427% 15/07/2023 (8980)	700 000	100,40	702 821	100,32	702 214
Outros emissores						
	NATWEST 1,00% 28/05/2024 (9545)	3 500 000	102,29	3 580 255	96,89	3 391 133
	SVENSKA 0,01% 02/12/2027 (10088)	3 000 000	97,95	2 938 500	82,69	2 480 784
	CALL - JPM 0,625% 25/01/2024 (9439)	2 200 000	101,86	2 240 960	98,22	2 160 756
	IBERDROLA 1,125% 27/01/2023 (10200)	2 000 000	100,32	2 006 300	100,90	2 018 096
	SWEDBANK 3,75% 14/11/2025 (10241)	2 000 000	100,86	2 017 114	100,31	2 006 258
	WELLS FARGO 0,5% 26/04/2024 (9503)	2 000 000	100,71	2 014 208	96,46	1 929 142
	CALL - ING GROEP 0,1% 03/09/2025 (9755)	2 000 000	99,46	1 989 240	93,41	1 868 272
	MORGAN STANLEY 1,75% 11/03/2024 (9195)	1 600 000	104,62	1 673 920	99,60	1 593 558
	CA 0,5% 24/06/2024 (9822)	1 600 000	100,03	1 600 496	96,05	1 536 804
	CAJAMAR 0,875% 18/06/2023 (10174)	1 500 000	100,42	1 506 270	99,61	1 494 208
	UNILEVER 1,375% 31/07/2029 (10017)	1 600 000	109,65	1 754 416	88,39	1 414 278
	CALL - UBS 0,25% 05/11/2028 (10052)	1 600 000	99,80	1 596 768	81,42	1 302 646
	TOYOTA 0,125% 05/11/2027 (10029)	1 500 000	99,57	1 493 550	84,62	1 269 258
	CAF 0,625% 20/11/2026 (9689)	1 350 000	100,54	1 357 290	87,56	1 182 063
	AMERICAN 0,3% 07/07/2028 (10047)	1 400 000	100,87	1 412 180	82,54	1 155 567
	JEFFERIES 1,00% 19/07/2024 (9535)	1 165 000	100,13	1 166 483	95,75	1 115 511
	CALL - AT&T 1,05% 05/09/2023 (9185)	1 100 000	100,16	1 101 760	99,00	1 088 972
	CALL - BG ENERGY 2,25% 21/11/2029 (10048)	1 200 000	116,29	1 395 480	90,40	1 084 795
	CALL TELEFONICA 1,447% 22/01/2027 (9458)	1 100 000	106,52	1 171 720	92,84	1 021 216
	CALL - EON 1% 13/04/2025 (10218)	1 065 000	94,30	1 004 242	95,49	1 017 009
	CA 1% 45551 (10219)	1 000 000	96,72	967 200	96,44	964 434
	IBM 0,875% 45688 (10217)	1 000 000	95,30	953 000	95,60	955 957
	BP CAPITA 2,213% 25/09/2026 (9842)	1 000 000	112,26	1 122 590	95,49	954 941
	CALL - MAERSK 1,75% 16/03/2026 (9544)	1 000 000	104,42	1 044 160	94,88	948 844
	ENI SPA 1,25% 18/05/2026 (9926)	1 000 000	106,55	1 065 540	92,70	927 004
	BLACKSTONE 1,00% 05/10/2026 (9483)	1 000 000	103,92	1 039 190	88,44	884 434
	CA 1,375% 13/03/2025 (9693)	900 000	105,35	948 150	96,55	868 966
	CALL - CEZ AS 0,875% 02/12/2026 (9683)	1 000 000	99,54	995 400	85,74	857 375
	CALL - JPMORGAN 1,09% 11/03/27 (9461)	900 000	105,29	947 610	91,52	823 680
	CALL - CCEP 0,50% 06/09/2029 (10051)	1 000 000	101,67	1 016 650	80,74	807 429

EUROS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		VALOR DE BALANÇO				
CATEGORIA	DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO (INCLUI JUROS DECORRIDOS)	TOTAL
	DAIMLER 1,50% 09/02/2027 (9644)	800 000	107,59	860 696	94,12	752 989
	CALL - LLOYDS BA 0,5% 12/11/2025 (9731)	800 000	101,53	812 248	93,38	747 025
	BPCE 1% 01/04/2025 (9691)	700 000	103,06	721 427	94,81	663 661
	CAIXABANK 0,625% 01/10/2024 (9616)	700 000	99,90	699 321	94,79	663 564
	EDF 4,125% 25/03/2027 (9645)	600 000	127,98	767 904	103,23	619 360
	CALL - RENAULT 1,00% 17/05/2023 (9338)	620 000	99,98	619 876	99,88	619 285
	SKANDINAVISKA 0,375% 21/06/2028 (10028)	700 000	99,56	696 920	82,32	576 270
	BANK OF AMERICA 0,75% 26/07/2023 (9178)	550 000	99,78	548 790	99,22	545 686
	RABOBANK 0,25% 30/10/2026 (9688)	500 000	99,44	497 185	88,04	440 212
	CALL - UNIBAIL 1,00% 27/02/2027 (9643)	500 000	104,38	521 920	87,89	439 430
	NAB 2,25% 06/06/2025 (9363)	390 000	110,28	430 108	98,44	383 932
	CALL - ANHEUSER- 1,15% 22/01/2027 (9250)	400 000	105,39	421 572	92,01	368 046
	MS 1,875% 30/03/2023 (9339)	200 000	104,49	208 982	101,29	202 586
	RED ELECTRICA 1% 21/04/2026 (8607)	200 000	99,60	199 206	92,93	185 868

Anexo II

EUROS

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)				
RAMOS	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/2021	CUSTOS COM SINISTROS* MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO	PROVISÃO PARA SINISTROS* EM 31/12/2022	REAJUSTAMENTOS
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(-1)
Vida	18 671 233	6 589 840	12 621 187	539 794

* Sinistros ocorridos em anos anteriores

10 años

AEGON  Santander

SEGUROS VIDA

3.00

**Relatório
e Parecer
do Concelho
Fiscal**



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL Exercício de 2022

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2022, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As dez reuniões que o Conselho Fiscal efetuou relacionadas designadamente com o acompanhamento da atividade e com as contas de 2022 da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo cinco delas contado com a presença do Administrador Delegado, do Diretor Financeiro e de representantes do Revisor Oficial de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2022 a submeter à aprovação da Assembleia Geral, bem como na reunião deste órgão em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2021.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com pessoal dirigente da Companhia, bem como com os representantes do Revisor Oficial de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2022, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação mensal sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.



Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à política de gestão de capital, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, ao relatório ORSA, ao relatório anual de *compliance* e aos relatórios da auditoria interna.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual a fim de ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados. Foi acompanhado o desenvolvimento do processo de implementação da IFRS 17, com data de aplicação inicial em 1 de janeiro do corrente ano.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia.

Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho. Foram, ainda, analisados os pedidos de aprovação prévia quanto à prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços distintos da auditoria não proibidos e, conseqüentemente, emitidos os correspondentes pareceres de aprovação.

No contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Conforme atrás descrito e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Aegon Santander



Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2022, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade. O Conselho Fiscal considera, ainda, que a proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório reúne condições para aprovação, face à configuração do capital próprio tal como evidenciado na Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2022, ressalvando apenas, quanto à distribuição de dividendos e à observância das disposições legais aplicáveis, as possíveis modificações daquela configuração decorrentes da adoção da nova norma contabilística para o sector (IFRS 17).

Face ao exposto e atento o normativo contabilístico vigente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2022;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 27 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **JOSÉ DUARTE ASSUNÇÃO DIAS**
Num. de Identificação: 00362136
Data: 2023.03.27 12:11:00+01'00'

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

Assinado por: **António Baia Engana**
Num. de Identificação: 01121249
Data: 2023.03.27 11:07:37+01'00'

António Baia Engana (Vogal)

Assinado por: **Maria Manuela de Carvalho Silva
Vinhas Lourenço**
Num. de Identificação: 01264171
Data: 2023.03.27 11:47:11+01'00'

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

CEC

AEGON  Santander

SEGUROS VIDA

4.00

Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 139.160 milhares de euros e um total de capital próprio de 39.333 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 20.279 milhares de euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria****Justo valor de ativos financeiros**

Valorização e divulgações relacionadas com o justo valor de ativos financeiros apresentadas nas notas anexas 2 d), 3 b) e 16 às demonstrações financeiras.

Os ativos financeiros valorizados ao justo valor, apresentados na demonstração da posição financeira na linha de ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 91.933 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão na demonstração da posição financeira da Entidade, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Entidade.

A valorização dos ativos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços. Para os ativos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira.

Neste contexto, alterações no processo de determinação de preços/cotações ou nos pressupostos utilizados nas técnicas de valorização adotadas pela Entidade poderão originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos ativos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Ativo intangível – Transferência de carteiras vida risco

Mensuração e divulgações relacionadas com o ativo intangível relativo à transferência de carteiras vida risco, apresentadas nas notas anexas 1, 2 c), 3 d) e 19 às demonstrações financeiras.

O montante do ativo intangível relativo à transferência de carteiras vida risco apresentado na demonstração da posição financeira ascende a 6.092 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2014 e após constituição da Aegon Santander Portugal Vida, a Santander Totta

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à valorização dos ativos financeiros;
- A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização de ativos financeiros;
- A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Entidade, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos; e
- A análise da reconciliação do inventário de ativos financeiros com os registos contabilísticos.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos ativos financeiros valorizados ao justo valor constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da recuperabilidade do ativo intangível reconhecido; e

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. transferiu para a Entidade uma carteira de seguros relativa a apólices de seguros de vida risco individual, subscritas a partir de 1 de julho de 2012 através da rede de distribuição do Banco Santander Totta, S.A. A referida carteira de seguros foi reconhecida pelo montante inicial de 9.300 milhares de euros, a amortizar ao longo do período em que se espera que a mesma venha a gerar benefícios económicos para a Entidade.</p> <p>Subsequentemente, no final de 2018, a Entidade celebrou com a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. um contrato através do qual adquiriria uma carteira de apólices de seguros de vida originalmente comercializadas pela extinta Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., juntamente com elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetos à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, o qual se concretizou no final de 2019, pelo montante total de 6.336 milhares de euros.</p> <p>De forma a aferir sobre a recuperabilidade dos valores líquidos contabilísticos das referidas carteiras a Entidade analisa, anualmente, se existem indícios de imparidade, tendo em consideração a expectativa dos fluxos de caixa futuros associados às apólices transferidas, os pressupostos inerentes à evolução das carteiras e as condições atuais do mercado. Nessa medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apreciação da metodologia adotada para testar a existência de indícios de imparidade e para o reconhecimento de amortizações. <p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações consideradas pela Entidade nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente aos ativos intangíveis estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>
Provisões técnicas	
<u>Mensuração e divulgações relacionadas com as provisões técnicas, apresentadas nas notas anexas 2 I), 3 a) e 20 às demonstrações financeiras.</u>	
<p>As provisões técnicas apresentadas na demonstração da posição financeira ascendem a 77.725 milhares de euros, representando 78% do total do passivo da Entidade em 31 de dezembro de 2022.</p> <p>As responsabilidades futuras da Entidade, decorrentes dos contratos de seguro celebrados, são determinadas tendo por base diversos pressupostos, os quais têm em consideração a experiência da Entidade e do mercado, sendo ajustados sempre que se demonstre necessário.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas às provisões técnicas; • Verificação da efetividade dos controlos implementados pela Entidade; e • Realização de procedimentos substantivos e de revisão analítica.

Matérias relevantes de auditoria

As referidas responsabilidades, decorrentes dos contratos de seguro celebrados pela Entidade, respeitam à provisão matemática, à provisão para sinistros e à provisão para participação nos resultados. Os pressupostos utilizados na determinação das referidas provisões técnicas poderão ser afetados por eventos internos e/ou externos, tais como alterações nos procedimentos de gestão de sinistros, mortalidade, inflação e alterações legais.

Nesta medida, esta constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações consideradas pela Entidade nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente às provisões técnicas estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para um triénio compreendido entre 2015 e 2017, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de março de 2021 para o triénio compreendido entre 2021 e 2023;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data; e
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

24 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Fernando Manuel Miguel Henriques, ROC n.º 904
Registado na CMVM com o n.º 20160523





SEGUROS VIDA